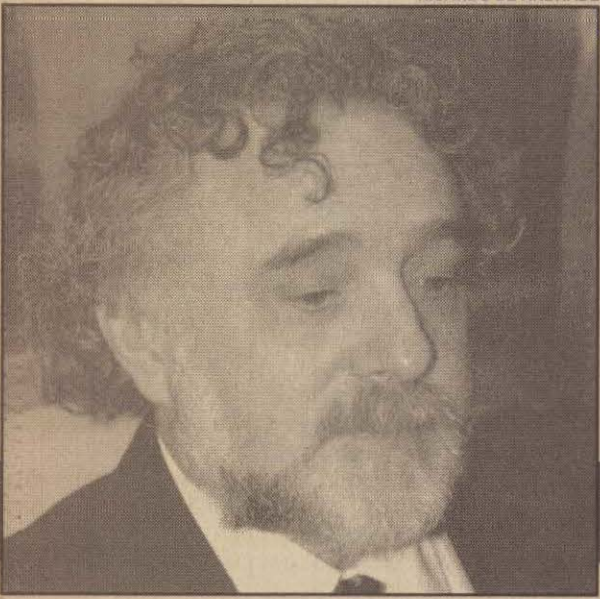




RICARDO DE ANDRADE



MARCEL BURSZTYN

“É hora de cooperação acadêmica no Mercosul”

Presidente da Capes analisa desafios e prega maior interação universitária dentro e fora do país
PÁGINAS 6 E 7

ARQUIVO JU



Transgênicos no centro das discussões

Uso de organismos geneticamente modificados divide opiniões em todos os níveis

PÁGINA 3

FOTOS: RICARDO DE ANDRADE



UFRGS está oferecendo o “cursinho” da Diversidade

Negros, índios, carentes e deficientes já dispõem de um pré-vestibular que poderá levá-los à faculdade e a uma vida melhor

PÁGINA 4

O som indígena de Marlui

Referência quando o assunto é cultura indígena brasileira, ela veio a Porto Alegre e se apresentou no Salão de Atos da UFRGS

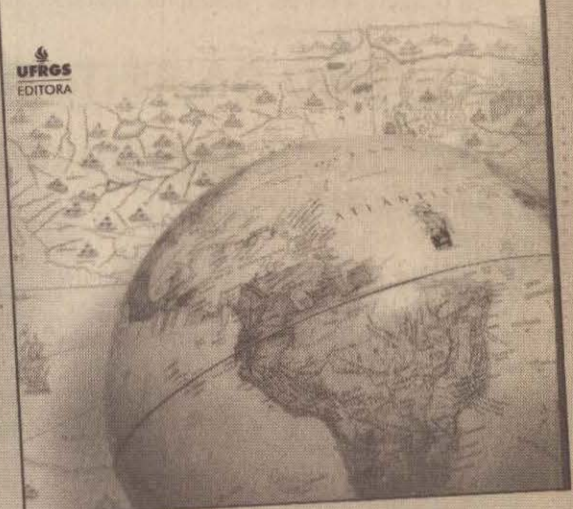
PÁGINA 11



Um globo em suas mãos

Práticas para a sala de aula

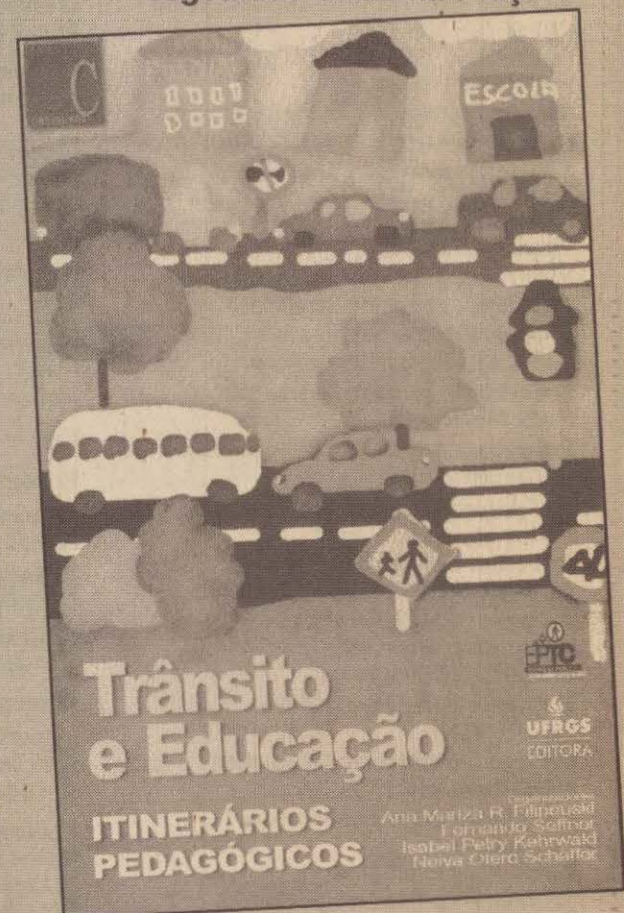
NEIVA OTERO SCHÄFFER
NESTOR ANDRÉ KAERCHER
LIGIA BEATRIZ GOULART
ANTONIO CARLOS CASTROGIOVANNI



Universidade leva à Feira a sua produção editorial



Vinte e quatro novos títulos e reedições de sucessos esgotados estão na Praça



PÁGINA 11

Reforma Tributária – uma caixa de surpresas

PÁGINA 5

Cooperação acadêmica

Esta edição, que marca os seis anos de circulação do Jornal da Universidade, tem como assunto principal uma advertência importantíssima feita pelo presidente da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Marcel Bursztyin: em entrevista nas páginas centrais ele diz que chegou a hora de ativar a cooperação acadêmica entre os países que compõem o Mercosul. Na mesma entrevista, Bursztyin fala sobre os desafios que vem enfrentado à frente do órgão que dirige.

A polêmica nacional e internacional sobre a questão dos organismos genética-mente modificados e do cultivo de soja transgênica no Brasil levou o Jornal da Universidade – que comemora seis anos de circulação – a convidar professores da UFRGS a se manifestarem sobre o assunto. Os depoimentos, certamente, vão lançar luz sobre o assunto, mas não vão acabar com a polêmica. Leia na página 3.

A UFRGS passou a integrar o programa Diversidade na Universidade, iniciativa do Ministério da Educação que visa a favorecer o ingresso no ensino superior de parcela da população desfavorecida socialmente. A idéia é oferecer curso pré-vestibular gratuito a indígenas e afrodescendentes, além de outras etnias com dificuldade de inclusão social e de pessoas portadoras de deficiência. Página 4.

Especulações, jogos de cena, interesses particulares: o projeto de reforma tributária é visto com grande expectativa em amplos setores da sociedade. Mas, afinal, por que o Brasil precisa de uma reforma tributária? A resposta está na página 5.

Em breve, o Prova poderá ser substituído por um processo de avaliação integrada dentro do Sistema de Avaliação da Educação Superior em debate na universidade brasileira desde o início de setembro. Página 8.

O Instituto de Informática e o Instituto de Psicologia comemoram 15 anos do Programa Especial de Treinamento (PET), pelo qual já passaram 134 alunos da graduação. Leia na página 9, onde também está a notícia da posse da nova direção do Instituto de Química e da sessão da ONU, simulada por alunos da Universidade.

A Editora da Universidade vai participar ativamente da 49ª Feira do Livro de Porto Alegre, de 31 de outubro a 16 de novembro, na Praça da Alfândega. No estande da Editora, entre centenas de livros de diversas áreas do conhecimento, há 24 títulos que irão a sessões de autógrafos, entre lançamentos e reedições. Veja datas e horários na página 10.

Na página 11, conheça a trajetória e o trabalho incomum da cantora e compositora Marlui Miranda na divulgação da música e da cultura indígena do Brasil. Na página 12, o perfil de um jovem aluno da UFRGS que teve a coragem de trocar o futebol pela dança e agora está na Alemanha, fazendo um curso de dança-teatro na Volkswang Hochschule. Boa leitura.

ESPAÇO DA REITORIA

Democratizar o acesso à Universidade

WRANA MARIA PANIZZI

Reitora

Nosso país vive uma situação algo paradoxal: cresce a demanda por educação superior, cresce também o número de estabelecimentos e de cursos, mas a educação superior continua inacessível à grande maioria dos brasileiros. O Censo há pouco divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) oferece à sociedade e aos governos bons indicadores para reflexão e tomada de decisão. Entre 1998 e 2002, duplicou o número de cursos de graduação – passando de cerca de 7 mil para mais de 14 mil cursos. No mesmo período, o número de estudantes de graduação cresceu 64%, chegando a 3,5 milhões. E no entanto, apesar dessa rápida expansão, a educação superior é ainda acessível a apenas 9% dos brasileiros com idade entre 18 e 24 anos – quando esta taxa passa de 30% em alguns países latino-americanos e chega a mais de 50% em nações do chamado mundo desenvolvido. Há vários anos, com a redução dos investimentos por parte do poder público, a expansão da educação superior no Brasil vem sendo liderada pelo setor privado – se considerarmos somente as universidades, instituições que por definição realizam a associação entre ensino e pesquisa, a participação dos estudantes de graduação matriculados em universidades públicas caiu de 62% em 1980, para 30% do total, em 2002. Embora venha apresentando um notável crescimento, o setor privado tem absorvido uma proporção cada vez menor de estudantes: no ano de 2002, do total de 1,5 milhão de vagas oferecidas por universidades e outras instituições

privadas, apenas 63% foram ocupadas, ou seja, mais de 500 mil vagas permaneceram ociosas – no mesmo ano, 99% das vagas oferecidas pelas universidades federais foram aproveitadas. O dado é revelador de uma grave distorção: por falta de vagas nas universidades públicas, ou por que não dispõem de recursos para pagar seus estudos em uma instituição privada, milhares de jovens não têm acesso à educação superior.

O INEP, com seus estudos, oferece-nos muitas outras contribuições. Ele nos mostra, por exemplo, que os cerca de 2,8 milhões de estudantes que estão concluindo o ensino médio têm uma renda familiar média 2,3 vezes menor do que os atuais estudantes de graduação – e que 1 em cada 4 daqueles 2,8 milhões de estudantes não teria condições de se sustentar nem mesmo cursando uma universidade pública! Estes e outros indicadores reforçam as conclusões que extraímos do estudo *Perfil dos estudantes da UFRGS*: a modesta renda familiar da maioria dos estudantes de nossa Universidade, localizada em uma das mais ricas e menos desiguais regiões do país, testemunha que a educação superior pública foi e continua sendo promotora da inclusão e da mobilidade social. O Censo da Educação Superior, tanto quanto o *Perfil do estudante da UFRGS*, fortalecem nossa convicção de que a *Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior*, apresentada pela AN-DIFES, em agosto, ao Presidente da República, aponta na boa direção: somente através da expansão do sistema público iremos, de fato, democratizar o acesso à educação superior em nosso país.

Universidade: problema ou solução?

JOSÉ FERNANDES DE LIMA

Reitor da Universidade Federal de Sergipe e Vice-presidente da Andifes

Nos últimos anos, a procura pelo ensino superior tem aumentado significativamente em todas as partes do mundo. Esse aumento de procura se deve a uma série de fatores. Um deles é o fato de o mercado de trabalho se tornar a cada dia mais competitivo, exigindo uma mão-de-obra mais qualificada. E se o mercado exige, as pessoas se vêem na obrigação de procurar o ensino superior como forma de atingir essa qualificação. Também do ponto de vista pessoal, é importante observar que, uma vez que o ensino superior funciona como uma forma de ascensão social, já que uma das melhores formas de se alcançar isso é através da obtenção de um diploma de nível superior, as pessoas tendem a procurar cada vez mais as universidades. Além disso, na própria seqüência do desenvolvimento da espécie humana, existe a necessidade do saber e de adquirir conhecimentos, que precisam ser satisfeitos pelos indivíduos e, obviamente, sempre que têm acesso, ou podem pagar, tentam adquirir essa formação. Outro aspecto é o reconhecimento da sociedade para quem tem esse tipo de formação. Existe certo status inerente à condição de a pessoa ter o nível superior. Em muitos países as pessoas são estimuladas pelos próprios governantes a procurar a universidade, porque entendem não ser possível construir uma nação independente e soberana sem uma grande quantidade de pessoas qualificadas que possam tocar a máquina estatal e o setor produtivo.

Todos esses fatores estimulam a procura por novas vagas no ensino superior e, exatamente por conta desse aumento da procura, é que nós estamos sendo forçados a pensar sobre essa faixa do ensino. Quando a universidade era reduto de uma minoria da minoria não havia nenhum problema. Não se questionava o financiamento porque os indivíduos que estudavam lá eram os mesmos filhos da elite dominante responsável pela definição dos orçamentos, não se questionava a relevância porque estava definido que o ensino superior era o lugar da elite.

A ampliação do acesso, mesmo que seja muito tímida e vise apenas facilitar o acesso da classe média, traz consigo alguns complicadores: ameaça a relação de poder e coloca na ordem do dia a questão do financiamento, e junto com ela questões como a qualidade, a avaliação, o tamanho e a complexidade do sistema.

No tocante ao financiamento, os países desenvolvidos automaticamente decidiram investir muito forte no ensino superior, criaram novas universidades, diversificaram o sistema, ampliaram o número de vagas, facilitaram a vida dos estudantes com bolsas de estudo e hoje em determinados países, existe a discussão sobre a universalização do acesso ao ensino superior. Isso mostra que esses países querem garantir o acesso ao ensino superior todas as pessoas que o desejam. Os países são motivados, não apenas pelo interesse pessoal das pessoas, mas sobretudo pelo interesse de saber que uma massa de pessoas mais qualificadas poderá produzir não só um desenvolvimento econômico, mas também um desenvolvimento social. Os países desenvolvidos estão convencidos de que não é possível continuar crescendo, distribuindo renda, melhorando a qualidade de vida, se não tiverem uma grande quantidade de pessoas no ensino superior. Além disso, existe também a consciência de que o próprio acesso ao ensino superior já é um mecanismo de mobilidade, de igualdade, de inclusão e redução das desigualdades sociais.

Quando nós transportamos isso para países em desenvolvimento e/ou subdesenvolvidos, começamos a ter problemas, porque os governos desses países têm uma série de carências. Além de precisarem de mais pessoas de nível superior, possuem grandes contingentes de analfabetos, excluídos, sem direito à saúde, educação, moradia, têm dificuldades de produzir tecnologia, acompanhar o desenvolvimento dos países desenvolvidos e assim por diante. Diante de todas essas carências e da falta de recursos, para cobrir todas essas necessidades, os dirigentes ficam procurando priorizar determinadas ações. Quando esses dirigentes, de uma maneira geral, procuram assessoria de diretores de bancos financiadores internacionais, como Banco Mundial e FMI, normalmente eles sugerem que sejam priorizados os ensinos fundamental e médio e chegam a insinuar que, diante de tantas carências, o ensino superior é uma coisa de luxo. Isso precisa ser levado em consideração e estudado com muito cuidado, porque essa solução indicada por eles carece de uma análise mais detalhada, a começar pelo fato de que essas soluções não são aplicadas nos países desenvolvidos. Ora, se elas são boas, deveriam ser aplicadas também nos países desenvolvidos e não o são. Eles continuam priorizando e investindo muito no ensino superior.

Diante dessa permanente falta de recursos, as pessoas terminam colocando em oposição o fato de se investir no ensino fundamental ou superior, o fato de se investir em moradia ou investir na pesquisa e no desenvolvimento científico e tecnológico. Desse modo parece que o investimento no ensino superior, nas universidades, se constitui num problema, porque requer recursos e precisam ser financiados e, ao mesmo tempo, estão concorrendo com coisas mais imediatas. Existe um grave equívoco nesse pensamento, porque jamais será possível melhorar a questão da alfabetização se nós não tivermos uma universidade pública que vá formar bem os seus professores, que vá discutir as metodologias, que vá realizar as pesquisas para saber até que ponto as pessoas estão bem ou mal alfabetizadas. Nós não vamos desenvolver grandes programas de saúde, sem desenvolver uma pesquisa estatística que mostre se o programa está sendo bem executado ou não, sem termos os hospitais em condições de pesquisas, metodologias mais baratas e eficientes e mais fáceis de ser levadas à população. Nós não vamos poder pensar na questão da moradia, sem pensar em trabalhar tecnologicamente moradias que possam ser construídas de forma mais barata, eficiente e que preserve o meio ambiente. Não poderemos pensar em desenvolvimento tecnológico sem termos os espaços e as pessoas qualificadas, os laboratórios de pesquisa que possam provocar esse desenvolvimento. Não vamos poder ter uma administração estatal eficiente, se não tivermos as pessoas qualificadas e devidamente treinadas. Para nós alcançarmos esse desenvolvimento, para nós melhorarmos a qualidade de vida das pessoas, vamos precisar do ensino superior e muito das universidades, trabalhando de forma eficiente com grande qualidade e pertinência. Se as pessoas raciocinarem de forma mais ampla, as universidades, ao invés de se constituírem em problema, na realidade, representam a solução.

É essa a discussão de fundo que existe hoje no Brasil: A Universidade representa um desenvolvimento econômico e tecnológico de um país?

A Universidade representa um gasto que poderia ser evitado ou é uma instituição estratégica em busca das soluções para o desenvolvimento econômico e tecnológico de um país?

Olhando de forma simplificada, a primeira idéia que se tem é achar que o investimento no ensino superior é um luxo, mas se não houver esse investimento outras demandas sociais, como saúde, alimentação e moradia, não terão solução nem mesmo a médio ou longo prazo. Diante disso é possível chegar à conclusão de que a universidade tem que ser vista como investimento estratégico e que aponta as saídas para o desenvolvimento de uma nação.

Se as universidades não funcionarem bem, não tiverem recursos e a qualidade suficiente para trabalhar e se desenvolver, se elas não irão conseguir formar bons professores, e se elas não formarem bons professores, não vamos poder ter bons estudantes nos ensinos fundamental e médio, o que comprova que o sistema é por si só integrado. Não adianta pensar num investimento de forma separada porque a utilização de recursos já demonstrou ser desastrosa, quando aplicada em algumas partes do mundo. Alguns governantes vêm insistindo nessa história de utilizar investimentos em apenas um dos setores, e os resultados

não são bons. Se quisermos pensar em aumentar a eficiência na aplicação dos recursos para a Educação, temos que trabalhar no investimento em todos os setores simultaneamente.

Alguns países subdesenvolvidos e em desenvolvimento vêm aceitando as sugestões de investimentos em separado. Responsabilizam-se apenas pelas primeiras séries e deixam o ensino superior por conta do ensino privado. Isso também vem demonstrando ser ineficiente, porque o ensino sozinho não é capaz de dar conta do interesse da Educação de um determinado país, porque, quando o ensino é colocado diante de uma situação única de concorrência por preços mais baixos, a escola terá de trabalhar para baixar o preço e automaticamente baixaria a qualidade do ensino ofertado. E se nós não tivermos um sistema correto, público e que funcione como regulador, vai acontecer que esse ensino superior se transformará rapidamente em um ensino de baixo nível e, o que hoje nós chamamos de terceiro grau, em pouco tempo passará a ter um nível equivalente ao médio. É importante chamar à atenção de que precisamos ter investimentos governamentais para garantir um mínimo de qualidade.

Outro aspecto que ainda tem a ver com o financiamento, é que capacidade de ampliação de vagas do ensino privado é limitada nos países em desenvolvimento, porque as pessoas não têm dinheiro para pagar. O número de pessoas em condições de pagar as mensalidades estabelecidas pelas escolas privadas é limitada, relativamente pequeno. Com isso, a partir de um determinado momento, o sistema começaria a entrar em colapso, porque as pessoas não tem como pagar, começam a ficar inadimplentes. Ao lado disso, poderia surgir uma verdadeira injustiça com as pessoas inteligentes, com capacidade de estudar, com vontade de cursar o nível superior e que poderiam ficar de fora simplesmente porque não teriam condições de pagar as mensalidades. Ora, nós sabemos que a discriminação através da Educação é extremamente excludente e que se reproduz na sociedade. Uma vez que o indivíduo não tem acesso à escola, vai sendo excluído de outros processos, será marginalizado na hora da disputa por um emprego, porque só conseguirá emprego com salários menores e, por esse motivo, estaremos estabelecendo uma divergência, uma separação e uma exclusão cada vez maior.

Então é muito importante chamar à atenção dos governantes, notadamente dos dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, para que considerem que o investimento em Educação tem que ser feito em todos os níveis – o fundamental, o médio e o superior – e que o ensino superior não pode ser considerado um luxo e que o investimento no ensino superior é coletivo, porque ao mesmo tempo em que o indivíduo que cursa uma escola de ensino superior, se beneficia, porque cresce como pessoa e cresce com a possibilidade de conquistar um salário maior, de ter ascensão social, ele beneficia também a sociedade como um todo, que passa a ter uma mão-de-obra mais qualificada, um retorno social maior do trabalho realizado por esse indivíduo. Através da universidade pública, é possível trabalhar a formação do cidadão, ter maior propagação da noção de cidadania, da dimensão social necessária para o educador e para todos os profissionais. É, portanto, muito importante observar que exatamente nos momentos em que as dificuldades de dinheiro e de financiamento são maiores, se tornam necessárias reflexões mais profundas sobre as experiências que tem dado certo o investimento na capacidade de pensar no médio e longo prazo, porque assim será possível sair do atraso e do subdesenvolvimento.

Tendo em vista que os recursos são poucos, é preciso trabalhar da forma mais eficiente possível. É muito importante uma discussão com a sociedade porque, é essa discussão que vai definir como deve ser feita a utilização dos recursos públicos. Existe um papel muito importante que precisa ser exercido pelas universidades públicas na busca por esses recursos, na busca do convencimento da sociedade de que esses recursos são necessários e que serão bem utilizados. Esse convencimento só acontecerá na medida em que a universidade demonstre para essa sociedade que possui qualidade, relevância e pertinência.

Num ambiente de recursos limitados e demandas crescentes é natural que a sociedade queira saber a destinação de seus recursos e exija que eles sejam empregados da forma mais eficiente possível. No serviço público a eficiência à prestação de bons serviços à comunidade. No caso da universidade, essa boa prestação de serviços corresponde à oferta de uma educação de qualidade e ao comprometimento com o desenvolvimento do país.

Uma justificativa para a existência da universidade pública num país em desenvolvimento é a sua qualidade. A busca da qualidade requer um compromisso com os padrões internacionais do saber. Cursos ou pesquisas de mentira são moedas falsas, e se constituem em crime contra a cultura e contra o país. A nossa luta contra o atraso e em prol do desenvolvimento só pode ser vencida através da competência.

A comunidade acadêmica internacional está convicta de que há parâmetros mediante os quais é possível acompanhar e mensurar a qualidade e a importância de uma universidade, embora haja pessoas, no interior das próprias universidades, que se negam a discutir essa questão.

Uma universidade cujos professores e funcionários são mais qualificados, ou seja, possuem maior nível de estudo – mestrado e doutorado – tem tudo para ser melhor do que outra cujos profissionais sejam mais graduados. Uma universidade cujos profissionais dedicam parte de seu tempo à pesquisa e investem continuamente no seu desenvolvimento profissional tem grande chance de ser melhor do que outra no qual os profissionais são assoborados com um número excessivo de aulas repetitivas. Uma universidade que possui laboratórios de ensino e de pesquisa mais equipados e mais produtivos é também considerada de melhor qualidade, quando comparada àquela que não preenchem esses requisitos.

A importância ou a pertinência de uma universidade pode também ser mensurada, bastando para isso que seja levado em consideração que uma instituição desse tipo, quando oferece um grande número de vagas e uma grande variedade de opções de cursos, desempenha um papel mais importante para a sociedade, local do que aquela que oferece números mais modestos e do mesmo padrão. Há universidade que possuem grande interação com o setor produtivo e com a sociedade organizada em geral, prestando consultorias e realizando projetos de extensão de interesse da sociedade, ocupando por isso um papel de maior relevância do que aquelas que se limitam a oferecer diplomas. Desempenham papel importante as universidades que discutem, pensam e pesquisam assuntos referentes ao futuro do país.

A criação de uma massa crítica pensante, capaz de ajudar a projetar e definir o futuro, de formar profissionais competentes e de preservar a cultura do país é o retorno que a sociedade deve esperar da universidade, notadamente da universidade pública.

Esses resultados, de alta relevância para o futuro de qualquer país, podem ser alcançados com maior facilidade na medida em que os projetos da universidade estejam em sintonia com o projeto do país, ficando mais difíceis de ser perseguidos, quando o país não tem nenhum rumo bem definido. Uma nação que não tenha um plano de si mesma, que não tenha uma idéia utópica de como crescer, sem um ideal mais alto é incapaz de definir o seu destino.

Os problemas urgentes relativos à fome, moradia, segurança e outras desigualdades só encontrarão solução definitiva, se a nação for capaz de traçar o seu próprio destino.

Para pensar-se como nação e para desenvolver a sua utopia, essa nação precisa fazer uso da sua assessoria técnica, científica e cultural, que só se encontra na universidade. Somente uma massa de pensadores críticos, independentes e insubornáveis é capaz de pensar de forma autônoma um futuro melhor para o país.

Por esse e outros motivos, a universidade, longe de ser problema e um sorvedouro de recursos, deve ser vista como parte significativa da solução para os problemas do país.



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, Porto Alegre/RS/Brasil
CEP 90.046-900
Fone: +55 51 3316-7000
Fax: +55 51 3316-3176
homepage internet: <http://www.ufrgs.br>
e-mail reitoria: reitoria@vortex.ufrgs.br

ADMINISTRAÇÃO

Reitoria
Wrana Maria Panizzi
Vice-reitor
José Carlos Ferraz Hennemann
Pró-reitor de Ensino
José Carlos Ferraz Hennemann
Pró-reitor Adjunto de Graduação
Norberto Hoppen
Pró-reitor Adjunto de Pós-graduação
Jocélia Grazia
Pró-reitor de Pesquisa
Carlos Alexandre Netto
Pró-reitor de Extensão
Fernando Setembrino Cruz Meirelles
Pró-reitor de Planejamento e Administração
Maria Alice Lahorgue
Pró-reitor de Infra-estrutura
Hélio Henkin
Pró-reitor de Recursos Humanos
Dimitrios Samios
Secretária de Desenvolvimento Tecnológico
Maria Alice Lahorgue
Secretário do Patrimônio Histórico
Christoph Bernasiuk
Secretário de Assuntos Estudantis
Angelo Ronaldo Pereira da Silva
Secretária de Avaliação Institucional
Ana Maria Braga
Procurador-geral
Armando Pitrez
Chefe de Gabinete
Carmem Regina de Oliveira

Jornal da Universidade

Publicação da Coordenação de Comunicação Social da UFRGS

Conselho Editorial - Aron Taitelbaum, Eduardo Corsetti, Enno Liedke, Maria da Graça Bulhões, Maria Helena Weber e Sandra de Deus

REDAÇÃO

Av. Paulo Gama, 110 - 8º andar
Fone/fax: (051) 3316-3368/3316-3176
e-mail: jornal@vortex.ufrgs.br
homepage: <http://www.ufrgs.br/jornal>

Editor-chefe - Clóvis Ott**Editora executiva** - Ida Stigger**Editores assistentes** - Ademar Vargas de Freitas e Juarez Fonseca**Redação** - Arlete R. de Oliveira Kempf, Carla Felten e Jacira Cabral da Silveira**Projeto gráfico e editoração eletrônica**
Anibal Bendati**Homepage** - Marcelo da Silveira**Fotografia** - Luiz Ricardo de Andrade e Reni Jardim**Revisão** - Israel Pedroso**Colaboraram nesta edição** - Claudia Lima Marques, Jorge Quillfeldt, José Fernandes de Lima, Luis Carlos Federizzi e Valério Patta Pillar**Circulação** - Luiz Ricardo de Andrade cadinho@ufrgs.br**Apoio** - Rosâne Vieira e Rita Silveira**Serv. gerais** - Antônio Carlos dos Santos**Fotolitos e impressão** - Companhia Riograndense de Artes Gráficas (Corag)

Transgênicos: a polêmica continua

O tema dos organismos geneticamente modificados é complexo e mexe com grandes interesses econômicos internacionais. Além disso, não há estudos conclusivos a respeito, o que certamente ainda vai gerar muita discussão e desencontro. Nesta página, trazemos a contribuição de professores da UFRGS para ordenar a análise da questão.

A medida provisória vai contra a Constituição

●VALÉRIO PATA PILLAR
Professor titular do Departamento de Ecologia

O que tem sido ressaltado na mídia são benefícios divulgados por quem defende o cultivo de transgênicos, muito pouco destacados pelos especialistas da área. É preciso considerar o impacto desses organismos sobre o ecossistema, sobre a saúde humana e sobre o ambiente em geral. Um aspecto pouco considerado é o da fluxogene: a possibilidade dessas plantas hibridarem naturalmente com outras da mesma espécie, com variedades cultivadas (não-transgênicas) e com variedades selvagens, relacionadas à espécie que está sendo cultivada.

Além disso, os perigos devem ser observados localmente, sendo empregadas evidências obtidas em outros locais para justificar uma avaliação de risco ambiental em outro meio. É complicado, porque os riscos e os organismos são diferentes. A avaliação de risco também deve ser específica para um determinado local e tempo, não podendo ser generalizada. E não há evidências de que o uso dessa soja transgênica, resistente ao herbicida, tenha reduzido o uso desse produto.

Na temática global, os três problemas ambientais mais importantes são as mudanças climáticas globais, as perdas de habitat e as invasões biológicas (dispersões de novos organismos em ambientes onde não ocorriam anteriormente). Portanto, a liberação de organismos geneticamente modificados deve ser considerada no mesmo nível e tratada com o mesmo cuidado. A hibridação é um tipo de cruzamento no qual as plantas produzem pólen, que é transportado pelo vento, por insetos ou pela água. Esse pólen fertiliza plantas da mesma espécie, só que de outras variedades. Assim, o gene introduzido na variedade transgênica passa a fazer parte de outras variedades que não são transgênicas. Esse risco está sendo avaliado por pesquisadores fora do Brasil, e há dados mostrando que ocorrem essas hibridações.

Como a soja não tem parentes próximos na América do Sul, o risco de hibridação natural é menor. Então, os perigos estariam relacionados ao uso do herbicida específico, à redução da biodiversidade nas áreas em que se usa o produto, enfim, a outros fatores. Só que, liberar o plantio de soja transgênica no Rio Grande do Sul pode levar à liberação de outras variedades que estão sendo modificadas, como o milho, o arroz, o algodão, o feijão. E, nesses casos, haveria espécies e variedades próximas na nossa flora em que poderia ocorrer hibridação natural.

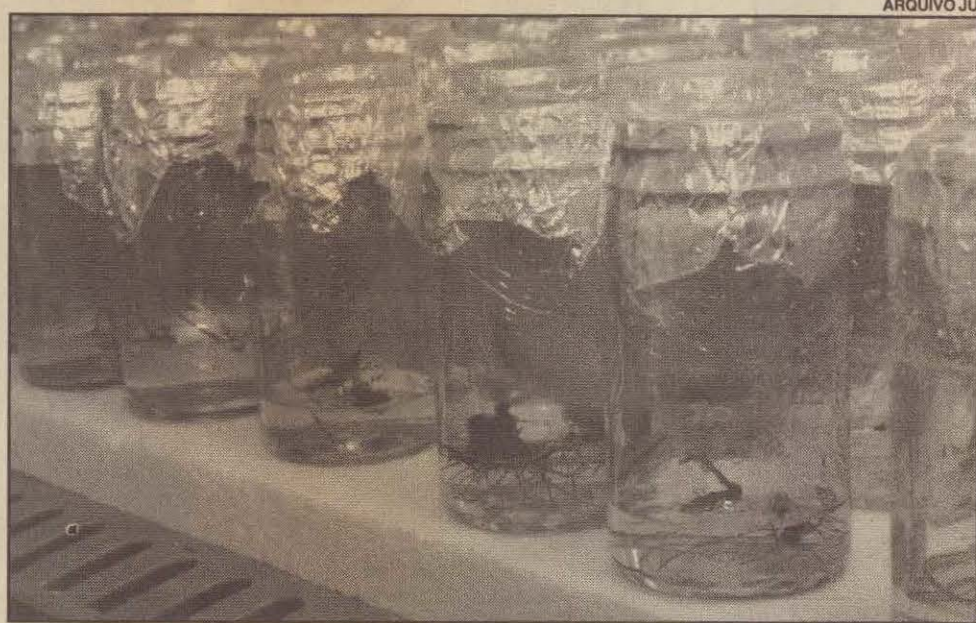
No preâmbulo da convenção da biodiversidade, assinada pelo Brasil, está expresso o princípio da precaução. Segundo o documento, na falta de resultados conclusivos ou na falta de evidências firmes so-

bre a ausência de danos ao ambiente e à saúde, não se justifica liberar os transgênicos. Na história da humanidade, já cometemos muitos erros que foram, até agora, relacionados à modificação dos mundos físico e químico. Novas substâncias foram produzidas, sintetizadas e liberadas no ambiente. Novas tecnologias modificaram e introduziram substâncias que mais tarde foram recolhidas e proibidas por causarem danos. Exemplos disso são os acidentes com usinas atômicas e com o uso de clorados. O acidente na usina atômica de Chernobyl, na Ucrânia, arrasou a região, contaminou milhões de pessoas e ainda afetará ainda algumas gerações. A mesma coisa ocorre com a contaminação química: os clorados estão aí na nossa cadeia alimentar e atingem bebês que se alimentam do leite materno.

A Europa tem a tradição de ser mais "ambientalmente responsável" do que países como os Estados Unidos, onde há uso excessivo e esgotamento de recursos. Não é por nada que eles fazem guerras para manter o domínio sobre áreas produtoras de petróleo. Assim, a Europa tem-se posicionado com um pouco mais de precaução até em relação à liberação dos transgênicos. Há muito mais resistência. Mas, o uso de organismos geneticamente modificados em uma parte do mundo não livra outras partes de potenciais riscos. Podem não ter sido liberados, mas se consomem produtos resultantes desses organismos.

Atualmente, está havendo uma cooptação de setores tradicionalmente contrários aos transgênicos. Cedendo às pressões, o próprio Governo Federal, cujo partido é contra, tem posições, surpreendentemente, favoráveis aos transgênicos. Ao mesmo tempo em que se plantam transgênicos no Brasil, a medida provisória (MP) do Governo Federal não libera completamente, apenas, provisoriamente. Esse cultivo ilegal, baseado em uma lei que legaliza algo ilegal, é muito estranho. A MP vai contra a Constituição, contra uma medida judicial, contra a Convenção da Biodiversidade de Kyoto, assinada pelo Brasil, e viola o Código do Consumidor. Em um de seus artigos, a Constituição Brasileira diz que qualquer intervenção que possa ter impacto sobre o meio ambiente precisa de um estudo, que avalie o risco desse impacto. Isso tem reflexos inusitados, como o caso de um juiz, determinado a cumprir a Constituição, estar exigindo que se faça a avaliação de risco ambiental desses organismos, sem ser atendido.

As variedades introduzidas ilegalmente no Brasil vieram da Argentina (a soja Maradona), selecionadas nas condições daquele país. Alguns técnicos dizem que essas variedades não são adaptadas para o meio brasileiro. Tanto, que a expansão da soja transgênica se restringiu ao sul do país. Outro fator a considerar é que os agricultores que plantaram essa soja não estão pagando os direitos que pertencem à Monsanto. Quando esses direitos tiverem que ser pagos a aparente vantagem de agora será reduzida.



Quem plantou responde juridicamente pelo risco

●CLAUDIA LIMA MARQUES

Professora de Direito Internacional Privado, vice-presidente mundial da Association Internationale de Droit de la Consommation e ex-presidente do Brasilcon-Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor

No século XX, a jurisprudência desenvolveu a noção de obrigação de segurança para proteger a vulnerabilidade da pessoa humana frente às técnicas que podem causar dano à integridade física. Trata-se de um dever de boa-fé, de cuidado com a vida e segurança (Art. 5, caput da CF/88) do 'outro', o consumidor, aquele que adquire ou utiliza produtos ou alimentos em nossa sociedade hiper-complexa.

A lei impôs a responsabilidade objetiva (sem culpa) do fabricante ou fornecedor pelos danos oriundos dos produtos defeituosos. Para prevenir 'acidentes de consumo', o Código de Defesa do Consumidor (CDC) impõe um forte dever de segurança, de qualidade, de adequação, de informação dos riscos e dos ingredientes presentes nos produtos. Em resumo, os fornecedores só podem colocar no mercado brasileiro produtos que sejam seguros e adequados a seus fins, e são responsáveis pelos danos presentes e futuros, individuais ou coletivos, materiais ou morais que estes produtos causarem a todas as vítimas.

Na visão do direito do consumidor, a discussão sobre a 'periculosidade' ou não dos alimentos e ingredientes transgênicos (organismos geneticamente modificados, OGMs) inverte-se: aquele que criou, aquele que plantou, aquele que 'produziu' com estes OGMs responde juridicamente pelo 'risco' criado na sociedade de consumo, pois é um profissional e esta é a sua atividade de experto (*peritus spondet artem suam*).

Em outras palavras, neste tipo de responsabilidade sem culpa, imputada pelo CDC a quase toda a cadeia de produção, aquele que põe em risco a vida e a segurança dos outros para lucrar responde pelo perigo-criado (*cujus commodum ejus periculum!*). Exonerar-se desta responsabilidade será bastante difícil, pois o consumidor médio 'espera legitimamente', que um alimento, como uma sopa infantil, uma bolacha ou batatas fritas, não causem danos, como reações alérgicas, ou qualquer mutação futura. A segurança aqui esperada é grande, daí, normalmente, exigir-se que os OGMs sejam devidamente

testados (como testamos medicamentos e outros produtos controlados que não existem na natureza), a relembrar a responsabilidade do próprio Estado nestes casos.

O CDC impõe também uma obrigação geral de informação e transparência. O profissional que fabrica, utiliza ou libera no mercado um OGM tem a obrigação de informar os consumidores, de forma clara e completa, sobre a presença de OGM em seus produtos ou alimentos, para que este possa escolher livremente se deseja ou não consumir.

Em 1998, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) entrou com uma ação, apoiada pelo Greenpeace e pelo Ibama, contra o parecer técnico da CTNBio, o qual 'desregulamentou' a soja *roundup ready*, considerando desnecessário o Estudo de Impacto Ambiental, exigido pela Constituição Federal no Art. 225, IV e nas normas de bio-segurança. As várias decisões deram ganho de causa ao IDEC, assegurando precaução e informação. Ficava assim proibida, por decisão judicial, o plantio comercial desta soja no território brasileiro.

Em março de 2003, a Presidência da República impôs a MP 113/2003, depois transformada na Lei 10.688, liberando a comercialização da 'inexistente safra transgênica' de 2003, estabelecendo um prazo de comercialização desta e uma sugestiva recomendação de 'exportar' a safra para outros países! Assim como impôs expressamente a informação dos consumidores, a destruição das sementes e que, na safra de 2004, fossem cumpridas as leis! A MP 131/2003 retirou a obrigação de 'destruir' as sementes, permitindo a plantação, se o agricultor assinar um Termo de Responsabilidade. O Decreto 4.680/2003 estabeleceu normas detalhadas sobre o direito de informação dos consumidores, rotulagem e símbolos especiais para 'alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos' com mais de 1% de OGMs, assim como instituiu no Brasil um rótulo negativo ('não contém transgênicos').

A Presidência da República envia agora projeto de lei para o Parlamento sobre a necessidade de Estudo de Impacto Ambiental, de maior presença da sociedade civil na CTNBio e impõe normas expressas de responsabilidade daqueles que fabricam, plantam, utilizam ou liberam OGMs por danos presentes e futuros, respeitando as linhas estabelecidas pelo CDC. Este conjunto normativo significa que o plantio, a utilização como ingrediente e a venda de transgênicos, com cumprimento desta legislação, estão liberados no Brasil.

OGMs: os riscos e o fato consumado

●JORGE QUILLFELDT

Professor titular do Departamento de Biofísica, coordenador do Programa de Pós-graduação em Neurociências

Este é um debate semelhante ao da energia nuclear no passado: extremamente complexo e polifacetado, difícil de ser sintetizado de forma completa e confiável em duas ou três palavras de ordem. Porém, é assunto do maior interesse público, e não deveríamos nunca aceitar a posição de que só especialistas podem opinar sobre o assunto. Todos têm o direito de saber e opinar, e ninguém tem o direito de decidir o que os outros vão poder fazer ou ser submetidos (ou mesmo comer) sem o seu consentimento consciente e informado. A alternativa é a ditadura tecnoburocrática.

A polarização que vivemos neste debate (em boa parte uma fabricação da mídia, que vive de "conflitos") serviu muito bem para reduzi-lo, simplificá-lo, e, enfim, adotá-lo. O engrandecido é que são os próprios *experts* da academia que se colocam como "vítimas" da ignorância e incompreensão de setores críticos a esta novidade tecnológica. Como se não tivessem qualquer responsabilidade em informar, esclarecer e orientar os cidadãos leigos.

Em princípio, não sou contrário à inovação tecnológica chamada engenharia genética, a "transgenia". Mas, como qualquer inovação tecnológica, ela tem um custo, riscos diversos, e todo o cuidado é pouco. A solução é óbvia: é preciso estudar cuidadosamente o desenvolvimento e impacto de cultivares geneticamente modificados (GM), tanto sobre a saúde, quanto sobre o ambiente. Se por um lado parece não haver efeitos "grosseiros" e imediatos sobre a saúde humana (como pessoas morrendo a ponto de comercializar produtos tão obviamente destinados ao fracasso econômico), os efeitos sobre o ambiente não são tão trivialmente descartáveis, especialmente aqueles de médio e longo prazo, cujo teste pode chegar a inviabilizar economicamente estes mesmos produtos, pois tomariam muitos anos.

Resultado disso que não temos a menor ideia dos efeitos da introdução de organismos GM em determinado ambiente passadas décadas ou, mesmo, séculos. Isto para não falar de efeitos de curto prazo não detectados por eventuais "falhas" nos procedimentos de testes ou em sua metodologia (e isto inclui desde incompetência humana até fraude e corrupção). Bem, com a rara exceção do controle das radiações ionizantes, nenhum tipo de risco de longo prazo é levado realmente a sério em nossa atual sociedade: queremos resultados imediatos, em semanas ou meses, no máximo um ano ou dois.

Este reducionismo imediato, porém, é incompatível com o atual estágio da ciência ecológica. Já vimos este filme antes, no quesito saúde humana, com o episódio da talidomida e, mais recentemente, com a questão (ainda pouco discutida no Brasil) do amianto. Afinal, quem seria "maluco" de levar em conta "possíveis" efeitos daqui a décadas ou séculos, por exemplo? Bem, com relação às radiações ionizantes, somos, sim, "malucos" e temos leis que regem as formas de lidar com seus mais sutis e "invisíveis" efeitos. Hoje existem limites estritos de "dose" que garantem que às pessoas que lidam com radiações sofram consequências mínimas, embora usuários mais intensos sempre acabem tendo alguma seqüela maior.

Esses limites de dose já foram mais altos e flexíveis, mas, após décadas de experiência compreendemos a gravidade dos efeitos das radiações, e os reduzimos. A leucemia, por exemplo, pode aparecer 20 ou mais anos após uma irradiação de pequena intensidade. Acho que a percepção do risco da manipulação com plantas transgênicas tem uma história semelhante. Só que isso não começou 100 anos atrás, começou há 10 ou 15 anos, e está percorrendo a mesma curva de ascensão lenta. O princípio da precaução, enunciado publicamente na Rio-92, traz essa ideia, de que é necessário levar em conta o risco e, eventualmente, empregar-se o *status* de perigo.

Perigo é algo que vai certamente acontecer (efeitos não-estocásticos); risco é algo que pode ou não acontecer (efeito estocástico). Situações perigosas podem ser proibidas. Riscos só podem ser minimizados. De certo modo, no meio ambiente, os efeitos são semelhantes: de longo prazo e imprevisíveis. Podem se dar, mas também podem não se dar. A minimização de riscos só pode ser obtida mediante testes exaustivos e criteriosos. Ao se introduzir uma modificação na planta pretendida, automaticamente se está liberando na natureza uma modificação que, a médio ou longo prazo, pode chegar onde não se quer que chegue, pelos mais variados caminhos: fluxo gênico não intencional (intra ou interespecífico), modificação in situ secundária, aumento seletivo de transcrição e tradução, e contaminação de espécies não desejadas.

A cautela com relação aos OGMs na agricultura (que não seria sinônimo de atitude religiosa e reverente para com relação à natureza, como poderia parecer à primeira vista) é uma sensibilidade que ainda temos de construir. Por ora, continuamente sendo vítimas de um pragmatismo cego, da lógica da relação custo-benefício truncada na escala espacial e temporal: se não tiver efeitos aqui e agora, deixa estar. Mas o cerne deste debate, cujo foco foi habilmente desviado por essa aparente "polarização" entre defensores e opositores aos transgênicos, está noutra parte: na engenharia sócio-econômica. Isto é, na própria natureza do projeto (*design*) da maioria dos primeiros OGMs empregados na agricultura – soja, milho, algodão, canola, e, mais recentemente, arroz e trigo. Não se introduziu nenhuma modificação obviamente benéfica, como o aumento de capacidade nutricional ou a redução de caracteres tóxicos/alérgicos; estas até existem, mas a maioria não passa de promessas. É necessário enfatizar que, desde o início da comercialização de cultivares GM, em 1996, a principal modificação introduzida foi um conceito: estabelecer uma relação de total dependência do agricultor com relação à empresa produtora das sementes (e dos agroquímicos associados). As sementes comercializadas até o momento oferecem vantagens somente ao plantador (não ao consumidor) para conquistá-lo e torná-lo dependente.

A grande meta das grandes empresas de cultivares GM parece ser superar a frustração pelo fracasso das chamadas sementes híbridas, projetadas para serem pouco reaproveitáveis (situação contornável sem grandes dificuldades técnicas). Qualquer país sério possui leis e dispositivos anti-truste, criados para evitar monopólios privados que configurem risco à segurança do país, o que inclui a própria "segurança alimentar". No Brasil, tais leis ou não existem, ou existem mas não são cumpridas. Nem mesmo a Constituição Federal o é. Por isso, passou batida a "estratégia do fato consumado" empregada pela Monsanto no Rio Grande do Sul para vencer resistências a todo plano com relação a sua soja.

Após o contrabando e a recepção das sementes GM e o estímulo ao plantio ilegal, os "interesses imediatistas de proprietários rurais do sul" venceram, nas palavras de Aziz Ab'Saber. Chegou-se a uma precipitada "liberação" dos transgênicos. Depois da colheita não se conseguiu separar sementes de um tipo ou de outro, porque é difícil e muito caro. Será um fato irreversível. Com isto, não só o agricultor não vai ter escolha (por ser impossível separar), mas quem comprar também não vai ter escolha. Quem quer que a Europa recue de sua posição de só comprar soja não-transgênica. Querem decidir por nós e por nossos colegas. A "liberação" dos transgênicos abriu um terrível precedente que poderá ser explorado por outras culturas igualmente legais e igualmente detentoras de um "mercado" valioso e ávido.

Organismos Geneticamente Modificados e a Agricultura

LUIZ CARLOS FEDERIZZI

Professor titular do Departamento de Plantas de Lavoura Faculdade de Agronomia/UFRGS

Uma série de organismos diferentes já sofreram inserção de genes da mesma ou de outra espécie, dentre eles: vírus, bactérias, plantas (mais de 100 espécies diferentes), animais e até a própria espécie humana. As mais destacadas são os transgênicos utilizados em:

A. Medicina: Insulina obtida em bactérias transgênicas que recebem o gene humano que inclusive é fabricada e vendida livremente em todas as farmácias do Brasil (com tecnologia brasileira); vacinas para a meningite e hepatite B (importadas de Cuba); hormônio de crescimento (somatotropina);

B. Produtos de limpeza: Detergentes biodegradáveis obtidos em bactérias transgênicas são a base da maioria dos sabões e detergentes.

C. Produtos processados: Queijo: 100% do queijo produzido em muitos países utiliza coalho transgênico; Vinho: estão sendo utilizados em larga escala leveduras que foram alteradas geneticamente; outros fermentados estão seguindo pelo mesmo caminho.

D. Ambiente: Kits para diagnóstico da poluição por diferentes poluentes; bactérias transgênicas para limpeza de locais poluídos por petróleo e metais pesados.

E. Animais: Ratos: modificados geneticamente para estudos biomédicos; tilápia e dourado com crescimento 4 vezes o normal; drosophila e ratos com genes que simulam doença de Alzheimer.

F. Homem: Existem atualmente 3278 pessoas, de 22 países diferentes, que receberam genes externos (terapia gênica, dados de setembro de 1999);

G. Plantas: Genes de resistência a herbicidas, resistência a vírus, resistência a moléstias; que modificam a composição de lipídios (óleos); resistência a insetos, com diferentes vitaminas (arroz pró vitamina A); para maturação retardada (longa vida); para a produção de fitoterápicos para a fabricação de remédios; para a fixação do nitrogênio; vacinas comestíveis – vacinas contra difteria em bananas, etc.

Esses são somente parte do grande número de exemplos possíveis de organismos geneticamente modificados que já estão ou estarão proximamente no mercado.

Na era mais recente, os melhoristas têm provocado modificações controladas através do cruzamento entre

tipos diferentes da mesma espécie ou entre espécies diferentes, de maneira que as variedades atuais das principais culturas são completamente diferentes das variedades antigas. Algumas plantas cultivadas, como o milho, sem a interferência do homem, não sobreviveriam na natureza e têm, na sua constituição, genes de outras espécies de plantas conhecidas. O trigo possui inúmeros genes que têm sua origem em, pelo menos, 8 espécies diferentes de plantas não cultivadas. Com os trabalhos recentes de genética molecular, está demonstrado que todos os cereais se originaram do arroz. O trigo, aveia, cevada, e milho possuem um grande número de genes provenientes do arroz. O que diferencia as plantas transgênicas das obtidas pelo melhorista é que pela primeira vez existe a tecnologia para caracterizar, isolar, clonar e transferir pedaços específicos de DNA (genes) que conferem características diferenciais.

As plantas transgênicas (de primeira geração) que chegaram ao mercado foram as que apresentam resistência a herbicidas e a insetos (gene BT), e a não de propriedades de multinacionais. As razões da rápida adoção das plantas transgênicas é que os agricultores têm tido lucro com o uso desta tecnologia através do reduzido uso de químicos, aumento do rendimento e diminuição do trabalho. Além disso, metade dos benefícios econômicos gerados por esta tecnologia foram para os agricultores. A introdução desta tecnologia forçou a competição de maneira que os herbicidas e inseticidas decresceram seus preços em mais de 50%, diminuindo os custos de produção mesmo para os agricultores que não usam plantas transgênicas. Por outro lado, alguns países tiveram grandes dificuldades para a liberação de plantas transgênicas, pela pressão de grupos ligados às questões ambientais e grupos políticos que se opõem às multinacionais.

As transgênicas de segunda e terceira geração trarão benefícios aparentes, não só para os produtores e empresas de sementes, mas também para os consumidores. Estas se caracterizam por terem a composição química modificada (teor e conteúdo de proteínas, óleos e vitaminas), produção de fitoterápicos e vacinas (medicamentos) e plantas em que foram eliminados produtos que diminuem a qualidade nutricional dos alimentos (nutracéuticos).

As principais razões elencadas para a oposição às plantas transgênicas podem ser divididas em 4 grupos: 1) filosóficas; 2) ambientais; 3) segurança alimentar; 4) sociais e políticas;

A principal razão filosófica é que os cientistas estão "brincando de Deus", mexendo na essência da

vida pela primeira vez na história da humanidade e que pouco se estudou os transgênicos antes de serem liberados. O homem vem mexendo na genética das plantas e animais há muitos séculos (desde que foram domesticados os primeiros animais e plantas, cerca de 15 mil anos). Exemplos concretos são: o milho, que não sobreviveria na natureza sem o auxílio do homem; e o triticale, que é uma invenção do homem no século XX, resultado da combinação do trigo e do centeio. Nunca, na era moderna da biologia e da agricultura, algo foi tão estudado. Mais de 50 mil experimentos foram realizados, e desde o início dos anos 80, vêm sendo acumulados dados científicos sobre organismos modificados geneticamente. Um outro aspecto levantado frequentemente é que pela primeira vez está ocorrendo a transferência horizontal de genes entre diferentes espécies, especialmente de vírus e bactérias para o homem. Dados científicos demonstram claramente que o homem carrega no seu genoma genes de diferentes espécies há muito tempo.

As questões ambientais estão relacionadas ao aumento do uso de agroquímicos, ou na mesma linha, na concentração de uso de um ou poucos agroquímicos, também na perda da biodiversidade dos ambientes subtropicais e tropicais, no fluxo gênico (transferência do transgene para outras espécies cultivadas ou não) e nos possíveis efeitos dos genes modificados sobre outras plantas e insetos não alvo do transgene. Os genes da resistência a herbicidas e gene Bt diminuíram o uso de produtos químicos em algumas culturas como algodão e milho e aumentaram o uso de alguns herbicidas específicos. A concentração de uso de um ou poucos compostos certamente levará à seleção de plantas resistentes o que inviabilizará o uso continuado destes produtos. Onde foram liberadas as plantas transgênicas, houve um aumento da diversidade genética das variedades em uso pelos agricultores. Também é importante salientar que os ambientes de cultivo do Sul do Brasil são únicos no mundo. O plantio direto e a obrigatoriedade da rotação de culturas são a garantia da manutenção da diversidade genética do sistema. Outro problema levantado é que, uma vez liberados os transgênicos no ambiente, é impossível retirá-los. Este dado não se sustenta cientificamente, uma vez que a vida média de uma variedade no campo é de 6 a 7 anos, sendo, posteriormente substituída por outra, como vem sendo feito desde a muito tempo.

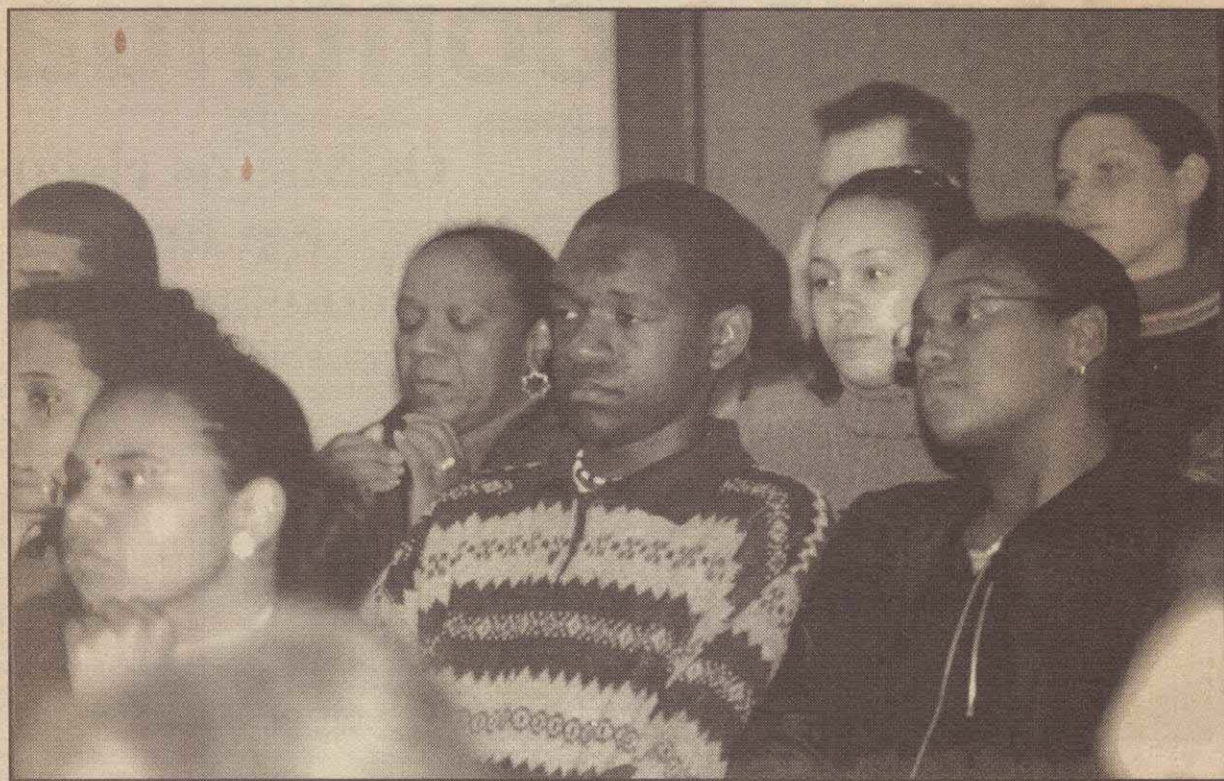
Os problemas relacionados à segurança alimentar estão no possível aumento de alergias, possíveis pro-

blemas de saúde que só aparecerão a longo prazo, possível diminuição da oferta e variedade de alimentos e na concentração do desenvolvimento tecnológico nas culturas de grande valor comercial. As plantas transgênicas vêm sendo utilizadas comercialmente desde 1996 e um grande número de consumidores (mais de 1 bilhão de pessoas) já consumiram produtos alterados geneticamente, sem casos comprovados de problemas genéticos diferentes daqueles observados com as plantas tradicionais, e é improvável que a inclusão de um gene possa trazer riscos de longo prazo. A medida que a tecnologia vai sendo melhorada, tende a se tornar mais barata, e poderá ser utilizada mais democraticamente nas mais variadas espécies de plantas e por mais Instituições Públicas, eliminando qualquer dependência tecnológica ou científica. Mais de 150 espécies de plantas foram, ou estão sendo, transformadas com os mais variados tipos de gene.

Por fim, as questões sociais e políticas estão relacionadas à legislação vigente e em implementação, e têm como mais forte argumento o possível domínio das sementes pelas empresas multinacionais, com consequente aumento dos preços cobrados e completa exploração dos agricultores, especialmente dos pequenos produtores rurais. A exploração política é realizada através do uso de meios verdadeiras científicas associadas à disseminação do terror levado ao seu extremo através de cartilhas, panfletos e passeatas complementados pelo *glamour* de ser contra multinacionais e todo o capitalismo. A legislação brasileira, com a lei de proteção de cultivares e de biossegurança, é excelente e, ao contrário daquela de alguns países como os Estados Unidos, permite que o produtor brasileiro use suas próprias sementes quantos anos quiser e, em sendo pequeno agricultor, troque as sementes com seus vizinhos sem ter que pagar qualquer coisa adicional às empresas donas das variedades. Isto faz com que os preços das sementes caiam drasticamente após o segundo e terceiro anos de cultivo, tanto de cultivares transgênicos quanto de não transgênicos. Muitos agricultores compram sementes no primeiro ano somente para 10% de sua área e utilizam a semente produzida para toda sua área nos anos subsequentes.

A tecnologia do DNA recombinante é um fato científico e que não trouxe riscos diferenciados dos já enfrentados na produção agrícola. Sua utilização de forma inteligente nos programas de melhoramento, especialmente das Instituições Públicas, permitirá o desenvolvimento de novas variedades de plantas, que deverão beneficiar toda a sociedade.

FOTOS RICARDO DE ANDRADE



Criado o pré-vestibular Diversidade na Universidade

● JACIRA CABRAL DA SILVEIRA
Jornalista

A UFRGS passou a integrar o programa Diversidade na Universidade, uma iniciativa do Ministério da Educação para favorecer o ingresso na universidade da população socialmente desfavorecida, através da melhoria da qualidade do ensino médio, da inclusão social e do combate à discriminação racial e étnica. A proposta é oferecer curso pré-vestibular gratuito a afrodescendentes, a indígenas e a outras etnias com dificuldade de ascensão social, além de pessoas portadoras de necessidades especiais (pnes).

A aula inaugural do Curso Pré-vestibular Universidade da Diversidade ocorreu no dia 22 de setembro, no anfiteatro da Escola Técnica da UFRGS. Compareceram ao ato a reitora Wraha Maria Panizzi, o diretor-presidente da Fundação de Apoio ao Deficiente e ao Superdotado do Estado do Rio Grande do Sul (Fadergs), Luiz Augusto Gemelli, e a coordenadora pedagógica da entidade, Denise Marchetti, o representante do cacique geral dos guaranis da Lomba do Pinheiro, José Costa, e o presidente Comissão Permanente de Seleção (Coperse), Nilton Rodrigues Paim.

INCLUSÃO SOCIAL

O objetivo principal do pré-vestibular Diversidade na Universidade, dentro dos parâmetros do MEC, é promover a inclusão de afrodescendentes e indígenas no meio acadêmico, preparando-os para o vestibular e discutindo questões étnico-raciais. "Mais de 50% do povo brasileiro é, genuinamente, negro, e a academia não reflete isto. São necessárias medidas que comecem a pensar essas realidades", adverte a coordenadora pedagógica do curso, Vera Rosane Rodrigues de Oliveira, comentando que a UFRGS, há algum tempo, procura uma interação com a sociedade e com diferentes comunidades através da Pró-reitoria de Extensão.

Ressaltando a vocação da UFRGS, o professor Aldo Antonello Rosito, um dos coordenadores gerais do curso, destaca que "a UFRGS foi a única instituição de ensino superior no Estado a ter seu projeto autorizado pelo MEC". Foram 105 as propostas recebidas pelo Ministério. Deste total, foram selecionados 28 projetos: quatro da região Centro-Oeste; seis do Nordeste; dois da região Norte; 14 do Sudeste e um da região Sul.

O programa Diversidade na Universidade trabalha em três áreas: estudos e pesquisas sobre as culturas afrodescendente e indígena e suas contribuições para a identidade do Brasil; estímulo à criação de comissões sobre o tema; e apoio a projetos inovadores de cursos.

Para a coordenadora pedagógica, é necessário ter em mente as especificidades de cada grupo e trabalhar as subjetividades. Este vai ser o grande desafio para que o aluno sintá-se acolhi-

do e merecedor do espaço que passou a frequentar e do direito de estar ali.

DIFERENÇAS E DESAFIOS

A diversidade de alunos também é um desafio para o corpo docente, que tem se reunido para discutir a proposta de trabalho e qualificar sua ação pedagógica a partir das características de cada grupo. Está sendo um grande aprendizado para alguns alunos dos cursos de licenciatura da universidade, devido a diversidade do grupo com qual está trabalhando.

Na opinião da coordenadora pedagógica, para que não se incorra em algum tipo de discriminação, é comum as pessoas não manterem o estranhamento. Mas é justamente esse estranhamento um dos aspectos fundamentais no avanço do processo de envolvimento e aprendizado. Vera Rosane acredita que a superação deste problema na relação professor-aluno, no caso específico, será possível na medida em que vierem à tona os preconceitos que cada um incorporou daquilo que foi construído socialmente motivado pelas discriminações, sejam raciais ou por deficiências físicas. Além disso, a coordenadora diz que tem sido muito interessante ver o quanto os professores têm percebido isto.

Ana Vilma Tijiboy, coordenadora do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Napnes), concorda com Vera. Em diferentes situações, tem percebido o quanto os professores são criativos e estão empenhados na busca de recursos pedagógicos para trabalhar os conceitos de suas disciplinas. Um destes recursos foi o tabuleiro com pregos para ensinar matemática aos deficientes visuais.

"Ninguém é deficiente por si só mas em relação a um contexto social", analisa Tijiboy, reafirmando que o curso, além de preparar para o vestibular, é um campo fértil onde ocorrem diferentes aprendizados para todos os que dele participam. Entre colegas, a interação se dá nos intervalos ou durante as atividades de sala de aula. São momentos em que, por exemplo, os alunos se voltam para um colega com deficiência auditiva e ensaiam suas primeiras tentativas na linguagem dos sinais, comenta Ana. Ela também está entusiasmada ao verificar o quanto os deficientes visuais e auditivos têm auto-estima. "Eles são muito expressivos!"

Bolsa manutenção para os selecionados

No total foram 181 os inscritos para o processo seletivo divulgado via Internet na página da UFRGS, nos murais das unidades e junto a grupos específicos. O Colégio de Aplicação forneceu o sistema de sorteio, que ocorreu no dia 13 de setembro, quando foram sorteados 50 titulares e 50 suplentes. Estes cem pré-selecionados passaram por entrevista socioeconômica. No final, foram selecionados 38 afrodescendentes, quatro indígenas, três pessoas com necessidades especiais (pnes) e cinco de outros grupos. Eles receberão bolsa-manutenção, e o programa contará com recursos do MEC para atividades de formação social, programação cultural, capacitação docente, aquisição de equipamentos e material didático. Diferentemente da proposta do MEC, a UFRGS ampliou o público a ser beneficiado pelo curso. Assim, a turma é constituída por 80% de afro-indígenas, 10% de outras etnias e 10% de pnes.

As aulas serão realizadas na Escola Técnica, porque o prédio já tem estrutura adaptada ao acesso de pnes, e o curso, que encerra em janeiro, terá a duração de 450 horas e será ministrado de segunda a sexta-feira, das 19h às 22h30min. Compõem o corpo docente 25 voluntários, entre professores, técnico-administrativos, alunos da graduação e pós-graduação. Também haverá a colaboração de convidados para as disciplinas especiais: movimentos dos cursinhos populares; políticas públicas; direito civil e do trabalhador; discriminação social; questão indígena; condição social do país; cultura afro-brasileira; preparação (psicológica) para o vestibular. As demais disciplinas foram divididas em áreas de conhecimento: língua portuguesa e redação; língua estrangeira; literatura de língua portuguesa; geografia; biologia; física; matemática; química e história.

A coordenação geral do curso é dividida entre os professores Aldo Antonello Rosito, também coordenador de Educação Básica e Profissional da UFRGS, e Ângelo Ronaldo Pereira da Silva, secretário de Assuntos Estudantis. Na coordenação pedagógica ficou a professora Vera Rosane Rodrigues de Oliveira, técnica-administrativa da Faculdade de Educação (Faced). A intenção da administração da UFRGS é de triplicar o número de vagas em 2004, passando das atuais 50 para 150.

A UFRGS já desenvolve uma série de atividades de extensão que busca promover a inclusão de diferentes grupos como os previstos no programa do MEC, Diversidade na Universidade

AÇÃO PROPOSTA	COMUNIDADE ENVOLVIDA	PARCERIAS ESTABELECIDAS	OBJETIVOS
REMANESCENTES DE QUILOMBOS - CAMBARÁ	COMUNIDADE DE CAMBARÁ, em Cachoeira do Sul, RS	IACOREQ - Instituto de Assessoria Comunidade Remanescentes de Quilombos do RS Ministério Público Federal Secretaria Agricultura RS Prefeitura Municipal Cachoeira Do Sul UNISOL/CNPq	Colaborar para a melhoria da qualidade de vida das pessoas da Comunidade de Cambará e, realizar pericia técnica que possibilite elaborar laudo histórico-antropológico que caracterize a comunidade como remanescente de quilombo, facultando-a de instrumentos educativos, jurídicos e científicos para a preservação de seu território, identidade cultural e promoção do desenvolvimento sustentável.
CURSO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA	PROFESSORES DE ENSINO MÉDIO da rede estadual e municipal	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL UNISOL/CNPq	Contribuir no sentido da preparação dos professores da rede pública para a inclusão da história da África e da cultura negra no conteúdo escolar estabelecendo um processo de mediação entre professores que formam alunos da Comunidade Cambará e o projeto UNISOL Quilombos atraindo mediadores e projetos que possam contribuir para o desenvolvimento sustentado da Comunidade Remanescente de Cambará.
LINHA EDITORIAL: ETNICIDADE, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE: PRODUÇÃO E PUBLICAÇÕES	Comunidade Universitária de diferentes áreas de conhecimento; especialistas do poder público que desenvolvem políticas públicas; público em geral e, em particular, as minorias étnicas envolvidas em demandas por direitos territoriais	Ministério Público Federal Ministério da Cultura - Fundação Palmares Governo do Estado RGS - Sec. Agricultura/Rs rural UFSC/NUER Prorext/DEDS Editora da UFRGS	Constituir uma Linha Editorial sobre etnicidade, identidade e territorialidade em articulação com a questão dos direitos étnicos onde a extensão da UFRGS assume a questão da cidadania e direito à diferença mediante a produção de estudos realizados com a participação de membros desta instituição em parceria com demais órgãos com a publicação através da Editora da UFRGS
ESTÉTICA E ÉTICA NEGRA: identidade e geração de renda	Comunidades Martinianos e São Miguel em Restinga Seca, RS	IACOREQ - Instituto de Assessoria Comunidade Remanescentes de Quilombos do RS	Proporcionar às mulheres e demais interessados da comunidade capacitação para profissionalizar em estética-étnica negra visando à geração de trabalho e renda. Elevar a consciência étnico-política e a auto-estima dos membros da comunidade contribuindo para a formação cidadã de futuros profissionais, colaborando no conhecimento da realidade étnico-social e história do Estado onde vivem.
ESCOLA BILINGUE :Formação de Educadores guarani-português	Professores e lideranças de comunidades Guarani localizadas nos municípios de Viamão, Barra do Ribeiro, Torres e Porto Alegre	SeSu-MEC	Aprofundamento sobre o bilinguismo, letramento e o ensino da leitura e da escrita em português e guarani nas Escolas Guarani.
ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO A PACIENTES PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	Casas Lares(Santa Rita De Cássia, Menino Jesus De Praga, Educandário São João Batista, Casa Do Excepcional Santo Antônio, Intituto Nazareth-Apae)	Secretaria Saúde Estado RGS	Visa uma melhor compreensão no atendimento a estes pacientes com necessidades especiais oferecendo-lhes um atendimento clínico odontológico adequado.
INFORMÁTICA PARA A COMUNIDADE POR PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	Pessoas com Necessidades Especiais e Comunidade		Formação continuada de profissionais e leigos para a convivência e para o atendimento específico de comunidades integradas por Pessoas com Necessidades Especiais, e consequentemente mobilização da comunidade
REPERTÓRIO CANTE E DANCE (CDG) NO INSTITUTO PESTALOZZI	Crianças e Jovens com Necessidades Educacionais e Comunidade	Instituto Pestalozzi	Desenvolver uma ação de formação continuada, promovendo um processo de inclusão social através da música, empregando o repertório composto pelos integrantes da Proposta Musicopedagógica Cante Dance com a Gente-CDG.
Programa de Formação Continuada: CAPACITAÇÃO DE ALFABETIZADORES	Estudantes dos Cursos de Licenciatura da UFRGS, representantes das Comunidades de Recicladores de POA, Comunidades Indígenas e Remanescentes de Quilombos, Comunidades de PNEs	MEC/F N D E	Inclusão social das pessoas através de processos que iniciam pela alfabetização e dão continuidade ao ensino de acordo com as necessidades e interesses das comunidades.
ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Jovens e Adultos das comunidades envolvidas em processo de alfabetização e preparação para o EJA	MEC/F N D E	Proporcionar uma preparação inicial e acompanhamento sistemático dos educadores por orientadores da UFRGS nas comunidades de atuação

A caixa de expectativas da reforma tributária

● ARLETE R. DE OLIVEIRA KEMPF
Jornalista

Objetivos cruciais como estimular o setor produtivo, fechar as contas públicas e reverter a tendência de aumento da carga de tributos sobre a economia estão no bojo do projeto na Câmara e em discussão no Senado



O projeto de reforma tributária – aprovado na Câmara e em debate no Senado – abriu uma verdadeira caixa de expectativas em amplos setores da sociedade. Especulações de toda a sorte dão conta de possíveis aumentos na carga tributária. Jogos de cena encobrem interesses de grupos restritos. Para obter ou manter parcelas da receita, a União, Estados e Municípios pressionam politicamente. Mas afinal, por que o Brasil precisa de uma reforma tributária?

A resposta pode ser buscada em duas frentes. Por um lado, a reforma fiscal faz parte do conjunto de esforços do Governo para melhorar a competitividade da produção nacional no mercado globalizado. Por outro lado, o esforço é pela racionalização e qualificação do sistema: fim da cobrança cumulativa de contribuições sociais e uniformidade nacional de alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Desonerado, o setor produtivo poderá crescer e disputar mercados, aumentando a renda nacional.

E por que tantos receios, então? Primeiramente, porque a reforma pode atropelar especificidades regionais. Depois, porque – a história mostra que – tendencialmente, reformas tributárias foram feitas para resolver os problemas das finanças, “seja do rei, seja da república”, lembra, bem humorado, o professor Eugênio Lagemann, doutor em Finanças Públicas, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Já o temor dos empresários está na fixação de alíquotas altas de ICMS. O medo dos governadores é que as alíquotas sejam baixas.

A questão é saber que tipo de estado pressupõe o projeto, indaga o professor e doutorando de Direito Tributário, Igor Danilevicz, da Faculdade de Direito da UFRGS. “Um Estado mais intervencionista, que preste mais serviços públicos e mais assistência social, demandará mais recursos para o seu financiamento”, raciona. Nessa linha, considerados os compromissos permanentes do governo com o setor público (educação, previdência social e assistência à saúde) e com o pagamento da dívida externa, ao contrário do que alguns acreditam, a carga tributária poderá não diminuir, diz Lagemann.

Para o consumidor, o jogo da reforma está empatado ainda. De modo geral, a carga tributária é transferida para o preço final dos produtos. Resta aguardar, na expectativa de que aumentando a renda nacional, essa transferência seja melhor absorvida. Um impacto tributário não esperado poderá vir de um outro fator, que nem faz parte dessa reforma, antecipa Lagemann. É a permissão legal já concedida aos municípios para que aumentem a lista das atividades sobre os quais incidirá o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). A implementação dessa medida certamente acenderá calorosas discussões nos níveis locais de decisão.

CONTEXTO

A exigência da reforma tributária está relacionada ao novo contexto internacional das relações comerciais e econômicas. “É a palavra chave para um sistema que garanta a competitividade da produção nacional num mercado aberto”, diz o professor Eugênio Lagemann. Até a década de 90, a estratégia de desenvolvimento brasileira estava baseada num modelo de substituição de importações. A economia era mais fechada aos produtos estrangeiros e o imposto de importação alto, de certa forma, garantia a presença de produtos nacionais no mercado interno. No mercado internacional, o espaço era disputado com produtos com algumas vantagens comparativas, alguns produzidos por multinacionais, com destino definido. As empresas eram incentivadas por estímulos fiscais e até creditícios, para competir no mercado externo.

“Com a abertura do País ao mercado internacional, na década de 90, no período em que Ciro Gomes era o ministro da Fazenda, escancarou-se o mercado brasileiro, através da redução das alíquotas das tarifas de importação. Isso obriga as empresas nacionais a disputarem mercados no exterior”, lembra Lagemann. Considerando também o processo de integração do Mercosul – outra abertura em termos regionais – uma nova configuração passou a ser exigida, onde a palavra principal é a competitividade.

É dessa época a chamada “Lei Kandir”, que eliminou o ICMS sobre os produtos primários e semi-elaborados – para que tivessem melhores condições de disputar os mercados internacionais de commodities. “Os estados tiveram de abrir mão das receitas e enfrentaram problemas financeiros. Houve uma compensação pela arrecadação não realizada, mas calcula-se que foi insuficiente, não cobriu as perdas”, avalia o professor da Faculdade de Ciências Econômicas. Desde então, a luta dos governadores é pela recomposição das finanças estaduais.

CONTRADIÇÃO

Do ponto de vista fiscal, aponta Lagemann, a globalização produz fenômenos contraditórios. A competitividade acirrada exige grande eficiência dos sistemas econômicos, empurrando para um segundo plano o projeto de equidade social. “No entanto, o processo de globalização obriga, nos países subdesenvolvidos, a aumentar os gastos públicos exatamente para trazer de volta ao sistema os setores excluídos. Isso ocorre porque a competitividade não é homogênea. Setores e indivíduos não terão condições de entrar no processo de com-

petição internacional e ficarão de fora. Isto se observa no País”.

Em consequência, diz Lagemann, ao mesmo tempo em que o governo busca um sistema tributário eficiente, vê-se diante da necessidade de um gasto tributário maior. “Essa é a razão pela qual a carga tributária tende a aumentar em gastos sociais ou de apoio a setores e empresas que saíram perdendo no processo de abertura econômica. É uma situação contraditória. Por um lado, é necessário reduzir um pouco a carga tributária para as empresas competirem no exterior. Por outro lado, essa competição está excluindo setores econômicos e sociais do processo produtivo e de inclusão social”.

No Brasil, na década de 90, o Governo Federal tentou resolver essa contradição ampliando as chamadas contribuições sociais, com elevação da carga tributária, observa Lagemann. “Mas se conseguiu compensar esses setores excluídos, isso ainda é uma discussão que está por ser feita, não há números que permitam uma conclusão”. Na sua avaliação, em realidade, o que o governo mais buscou foi fechar as contas. “A preocupação fundamental era com o déficit público, que estava ameaçando a própria estabilidade monetária em termos de preços. A meta era o superávit fiscal. Então, na verdade, a carga tributária aumentou para poder atender os compromissos que o setor público já tinha”, conclui.

Entre esses compromissos estão gastos sociais relativos à educação, previdência e assistência à saúde. É preciso lembrar, pondera Lagemann, que o Brasil tem um sistema único de saúde que é universal, um sistema de educação até a oitava série universal e garantia de aposentadoria praticamente universal. Isso não é generalizado entre países do mesmo nível do Brasil, no sistema capitalista. “Nós temos um *welfare state* de terceiro mundo, pobre, mas temos. Esse gasto tem o sentido de inclusão social. Na área rural praticamente se consegue isso. A estabilidade, hoje, nas pequenas propriedades rurais do interior brasileiro, está vinculada a esse benefício do INSS. São viáveis porque têm uma pessoa da família aposentada. As pessoas de idade tomaram-se a garantia de uma renda regular, mesmo que sejam R\$ 240 reais. Para quem tem um local para morar e pode tirar da propriedade uma certa alimentação básica, esse recurso a mais se torna muito importante. Na área urbana, a situação é mais complexa. O seguro desemprego beneficia aquele que estava empregado formalmente. Mas o que nunca entrou no processo está excluído”.

CARGA TRIBUTÁRIA

A carga tributária que recai sobre a economia brasileira é motivo de controvérsia. O professor Igor Danilevicz a considera alta e menciona, como exemplo, os encargos que incidem sobre a folha de salários das empresas. Há estudos – diz ele – que calculam em mais de 100% esses reflexos. Ele relaciona esse fator como um dos motivos pelos quais certos produtos estrangeiros entram no País com menor preço que os nacionais. Por outro lado, ele reconhece que, em muitos casos, nos países de origem desses produtos não existe regime trabalhista ou previdenciário. “Na China, por exemplo, se tem notícia de que os empregados dormem nas fábricas”, acrescenta.

Lagemann, por sua vez, não concorda com os que afirmam que o País tem a maior carga tributária do planeta. “Pode-se dizer que o Brasil tem hoje uma carga acima da média dos países do nosso nível de desenvolvimento econômico. Mas é preciso lembrar que o sistema previdenciário está incluído nos gastos públicos. Países com uma carga menor, muitas vezes não têm sistema previdenciário. Não podemos comparar diretamente números, há que ter um certo cuidado”.

Atualmente o País estaria um pouco acima da média, com 36% do Produto Interno Bruto (PIB) representando tributos – esclarece Lagemann – quando a média desejável seria ao redor de 30%. “Com a reforma tributária, o que se espera é que se mude um pouco a qualidade do sistema. A redução da carga vai ser um pouco difícil, porque hoje o setor público tem um papel muito importante, especialmente nas questões sociais. Além disso, há o compromisso da dívida externa. Isso não pode ser esquecido: parte desses recursos é para honrar dívidas que nós temos no Exterior. Se houver descontrole nas finanças, vai haver dificuldades para novos financiamentos”.

Ele explica que a carga é uma relação entre receita tributária e a renda. “Nos últimos anos, a carga tornou-se maior porque a receita tributária aumentou e a renda caiu. Historicamente, no Brasil, havia uma certa relação: aumentava a receita tributária quando a renda subia. Se o País ficava mais rico, havia uma receita maior. Se ficava mais pobre, uma receita menor. O que aconteceu nos últimos quatro anos foi esse fenômeno da divergência das tendências. A renda caiu, o PIB não cresceu mais, mas a receita foi aumentada, para conseguir manter o equilíbrio fiscal”.

A expectativa – segundo Lagemann – é que se consiga, mantendo a situação atual, melhorar a qualidade do sistema, possibilitando que o setor produtivo cresça e dispute mercados. Isso resultaria numa elevação da renda. “Naturalmente nesse caso, o sistema, conforme for estruturado, poderia até reduzir a carga tributária”, avalia.

Para Danilevicz, em todos os países, desenvolvidos ou não, há uma tendência de aumento das despesas públicas. Nos primeiros, em razão da antecipação de necessidades sociais; nos países em

desenvolvimento, para minorar as carências sociais de toda ordem. No Brasil, considerando a estrutura de estado existente, haverá uma necessidade cada vez maior de aumentar a receita tributária, acredita ele. Medidas como o incentivo à produção nacional de exportação, por meio da desoneração de tributos, permitindo o crescimento e o aumento da riqueza nacional poderão equilibrar a situação, diz.

QUALIFICAÇÃO

Lagemann espera que a reforma promova uma melhoria da qualidade do sistema tributário. Ele critica a cumulatividade de impostos como a que ocorre com o Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social). “Impostos somam-se a impostos e no fim não se sabe mais qual é a carga de tributos embutida num produto, dificultando a comercialização no Exterior. Em razão da competição industrial, dificilmente se consegue colocar no mercado internacional também a carga tributária de um produto, lembra”.

Outro elemento que também afeta as exportações é a variedade de alíquotas do ICMS dos Estados. Atualmente, as grandes empresas exportadoras, com atuação em diversos estados, enfrentam dificuldades nas fronteiras estaduais. Além disso, lembra Danilevicz, as empresas são obrigadas a manter escritórios especializados em legislação tributária de todos os estados, o que também contribui para aumentar os custos finais de produção.

A solução que o governo está propondo é uma legislação unificada nacional. Danilevicz teme que essa proposta possa representar a quebra da autonomia administrativa e financeira dos estados. Lagemann descarta uma legislação fechada, pela perda da possibilidade de fazer uma política tributária associada às questões regionais. “O Brasil não é tão homogêneo assim. Não podemos cair no outro extremo, de inviabilizar alternativas regionais, para conseguir viabilizar a economia a nível nacional. Corre-se o risco de abrir mão de alternativas regionais. Núcleos de produção local, num contexto de nacionalização ou internacionalização dos mercados podem ser eliminados, ou ficar sem condições de crescimento mais avançado”, alerta.

Ele aponta a situação do Mato Grosso, que tem sua base econômica na exportação de grãos – pela Lei Kandir desonerada do ICMS. Para compensar essa perda de arrecadação, o estado tributou o consumo de energia elétrica em 30%, enquanto as alíquotas em estados como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná são de 25%. A equalização nacional das alíquotas do ICMS, prevista na reforma, pode levar a situações difíceis: se for muito alta alarma os empresários; se for muito baixa desagrada aos governadores. As isenções em alguns produtos, que antes não constavam do projeto, agora foram incluídas, deixando os empresários mais aliviados e os governadores menos satisfeitos. Atualmente a alíquota mais baixa é de 7%; no projeto ela cai para 4%. Pressentindo uma redução na receita do ICMS, os governadores já estão pressionando por participação em outras contribuições do Governo Federal.

DIVISÃO DA RECEITA

Por seu turno, o Governo Federal não abre mão da manutenção da CPMF. Pelas regras atuais, a CPMF deveria ser reduzida no próximo ano. Na interpretação do professor Lagemann, a questão envolve as finanças públicas: o Governo precisa dessa contribuição para poder fechar as suas contas, para atender os compromissos relacionados ao déficit público junto aos órgãos financiadores internacionais.

A divisão da receita de tributos entre União, Estados e Municípios é outro componente de conflitos da reforma. No período pós-Constituição de 1988, o Governo Federal teve de dividir um pouco mais, e os municípios tiveram um bom ganho nessa área, diz Lagemann. “Nos últimos 10 anos, no entanto, o Governo começou a recompor as suas receitas, com base em tributos e contribuições que não têm previsão de partilha nem com Estados, nem com Municípios”. Por isso, governadores e prefeitos estão lutando para participar mais efetivamente nas receitas da União. “Os Municípios poderão lançar mão da permissão legal para aumentar a lista de serviços tributáveis, mas talvez só os maiores terão sucesso em implementar essa medida”, prevê.

Por fim, a dinâmica do mercado é que determinará quem assumirá mais fortemente a carga tributária, com as novas regras. Em princípio, o ofertante consegue transferi-la para o consumidor. Mas na média – explica Lagemann – o ofertante também assume parte da carga, cortando lucros ou baixando custos para conseguir pagar os tributos. “A teoria econômica mostra que isso depende da posição de cada um no mercado”. Diante de preços mais altos, o consumidor pode se retrair. “Empresas monopolísticas têm grande poder de transferir tributos e enfrentar a retração. Outras, não, e podem até fechar”, conclui.

Danilevicz critica a tendência de fixação de alíquotas maiores de ICMS para um grande número de produtos. “Necessariamente isso não representará uma arrecadação maior. Pode inibir o consumo, produzindo uma reação em cadeia, em que a diminuição do consumo produz reflexos nas vendas, na produção e, finalmente, sobre os empregos, tanto no comércio como na indústria”.

"Está na hora de ativarmos a cooperação acadêmica com o Mercosul"

ENTREVISTA: MARCEL BURSZTYN

Marcel Bursztyn, o novo presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é sociólogo da Universidade de Brasília, onde dirigiu o Centro de Desenvolvimento Sustentável, um Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Embora a vinculação com a UnB seja na área da Sociologia, sua formação original é em Economia, com mestrado em Planejamento Urbano Regional e especialização em Planejamento Urbano na Escócia. Bursztyn fez doutorado em Desenvolvimento Econômico e Social na Sorbonne, em Paris, e em Economia Regional na Universidade de Amiens, também na França. No início de outubro, ele esteve em Porto Alegre para participar de um debate sobre Ciência e Tecnologia e conversou com Ademar Vargas de Freitas, do Jornal da Universidade. Começou a entrevista falando sobre os desafios imediatos que a Capes terá que enfrentar e referiu-se, entre outros assuntos, às diferenças regionais do país, que influem na avaliação da pós-graduação no Brasil, ao remanejamento dos espaços de determinadas áreas e à importância da cooperação nacional e internacional.

Jornal da Universidade - Que desafios a Capes está lhe apresentando?

Marcel Bursztyn - Uma série de desafios. Um deles, que não é tão difícil, é fazer a casa continuar funcionando normalmente, e a Capes funciona bem, pois tem uma experiência de 52 anos. Nos últimos 30 anos, a pós-graduação no Brasil vem crescendo, e bastante. Hoje temos, aproximadamente, 2.800 programas de pós-graduação, entre mestrado e doutorado, aproximadamente 1.000 doutorados e 1.800 mestrados. Esse número nunca é redondo, porque a cada dia alguns eventualmente são descredenciados. A Capes oferece 24 mil bolsas de estudo, e o Brasil produz, anualmente, 26 mil mestres e doutores. É um número considerável, ainda aquém das necessidades do país, mas já é um número considerável. Avançamos bastante em vários aspectos, como no sistema de credenciamento de cursos, área em que outros países estão apenas engatinhando, mesmo os mais desenvolvidos da Europa. Temos um sistema nacional de avaliação que dá notas aos cursos de tal forma que se pode comparar, dentro de cada área do conhecimento, o curso no lugar A, B ou C e ver qual tem a nota mais alta. Isso é uma referência para que os alunos possam optar. Temos critérios de avaliação que são bastante complexos e que permitem que façamos essa aferição com um grau razoável de consistência. Ainda estamos longe do ideal, porque até aqui aprendemos somente a fazer avaliações quantitativas. Somos muito bons em avaliações que são numéricas, mas ainda temos que evoluir mais no sentido da qualificação desse processo de avaliação.

nalidade de população e necessidade, comparativamente a outras regiões do Brasil. O mesmo se aplica à região Centro-Oeste. O Sul e o Sudeste têm uma participação melhor aquinhada. Mas se tratamos o Brasil como um todo homogêneo, cada vez que compararmos uma região mais distante ou pior servida do sistema de pós-graduação com outra que saiu na frente, essa comparação, fatalmente, colocará em condição de inferioridade essas regiões mais afastadas. Portanto, é importante uma ponderação nos critérios. Se queremos dirigir prioridades para a região Norte, Nordeste ou Centro-Oeste temos que ter os critérios que considerem fatores prioritários. Tendo como base apenas a comparação, dificilmente essas regiões conseguirão a destinação de uma parte dos recursos, que são escassos. Esse é um dos desafios. Outro é que aprendemos a credenciar cursos e a avaliar o seu andamento, mas ainda não aprendemos a focalizar exatamente o que o país precisa, num futuro imediato ou mais distante. Analisando em profundidade algumas profissões, é possível observar que algumas áreas tendem a perder importância, enquanto outras tendem a ganhar. Percebemos que algumas carreiras acadêmicas crescem espontaneamente e outras não. Por exemplo: Turismo e Administração de Empresas têm crescido muito, até porque são formações que exigem pouco conteúdo laboratorial. Turismo é um curso que tem crescido muito. É possível prever que nesse ritmo de crescimento se chegue a um ponto de saturação. Embora o potencial turístico de um país como o Brasil seja enorme, o ritmo de crescimento acelerou-se bastante. Administração de Empresas, da mesma forma. As características



"Na área de educação e, sobretudo, na de pós-graduação, temos que trabalhar com períodos mais amplos, dez ou vinte anos. Se quisermos ter especialistas em botânica na Amazônia a médio prazo temos que começar hoje a formá-los na pós-graduação."

nessas profissões com uma antecedência de pelo menos 10 anos.

JU - O senhor já tinha essa visão ou o contato com o cargo trouxe outras maneiras de ver?

Bursztyn - Eu não mudo meus pontos de vista. Como tenho uma formação profissional, desde o ensino médio, até chegar ao doutorado, há 22 anos, fui trabalhar no CNPq, que é uma agência que lida com isso. A política de ciência e tecnologia sempre foi um obstáculo da minha preocupação acadêmica. Depois fui presidente da Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal, e essa questão se colocou de novo. O programa que dirigi até recentemente na Universidade de Brasília tem uma das áreas de concentração em política, científica e tecnológica. Nós formamos várias pessoas. Em geral são profissionais da Capes, CNPq que fazem mestrado lá conosco. É uma questão recorrente na minha prática universitária, isso é um ponto de interesse. É lógico que quando se entra na Capes isso fica muito mais claro e evidente, e a necessidade de colocar em prática alguma idéia se torna quase que uma obsessão nesse aspecto.

JU - E há áreas que, ao contrário, tendem a ter seu espaço reduzido?

Bursztyn - Sim. Vinte anos atrás, quando se falava na área da informática, por exemplo, parecia, e de fato era, um campo promissor. E foi durante algum tempo. Hoje os softwares são comprados prontos. Então, uma boa parte do trabalho dos programadores e mesmo o trabalho em alguns campos da informática já não fazem sentido. Cada vez mais, os pacotes estão prontos e portanto há menos espaço para os profissionais dessas áreas. São mercados que tem se restringido bastante. O outro campo que tem se reduzido enormemente é a Engenharia Mecânica, tanto na formação universitária quanto na formação de mecânicos no Senai. O torno mecânico deixou de ser o grande artefato da produção industrial, hoje trabalhamos com eletrônica, com mecatrônica, mas muito menos com a mecânica. Com essa redução, os cursos estão ficando ociosos, embora, sempre vá haver espaço para profissionais nessa área. Só que não na mesma escala, não na mesma proporção que tinha anteriormente. Esses movimentos são perigosos. Historicamente, o ciclo de vida das profissões era mais extenso. Agora a evolução é mais acelerada. Uma profissão nova pode tornar-se obsoleta muito rapidamente. Daí a importância de as agências governamentais que lidam com a questão trabalharem com a previsão, antes, fazer estudos prospectivos para identificar profissões que vão nascer. Temos que investir

em cursos dessa natureza são mais simplificadas do que, por exemplo, um curso de Biologia. Isso fica cada vez mais evidente, porque as universidades privadas entraram decididamente no circuito e existe um apelo de mercado importante por trás disso.

JU - É a procura pelo mais fácil?

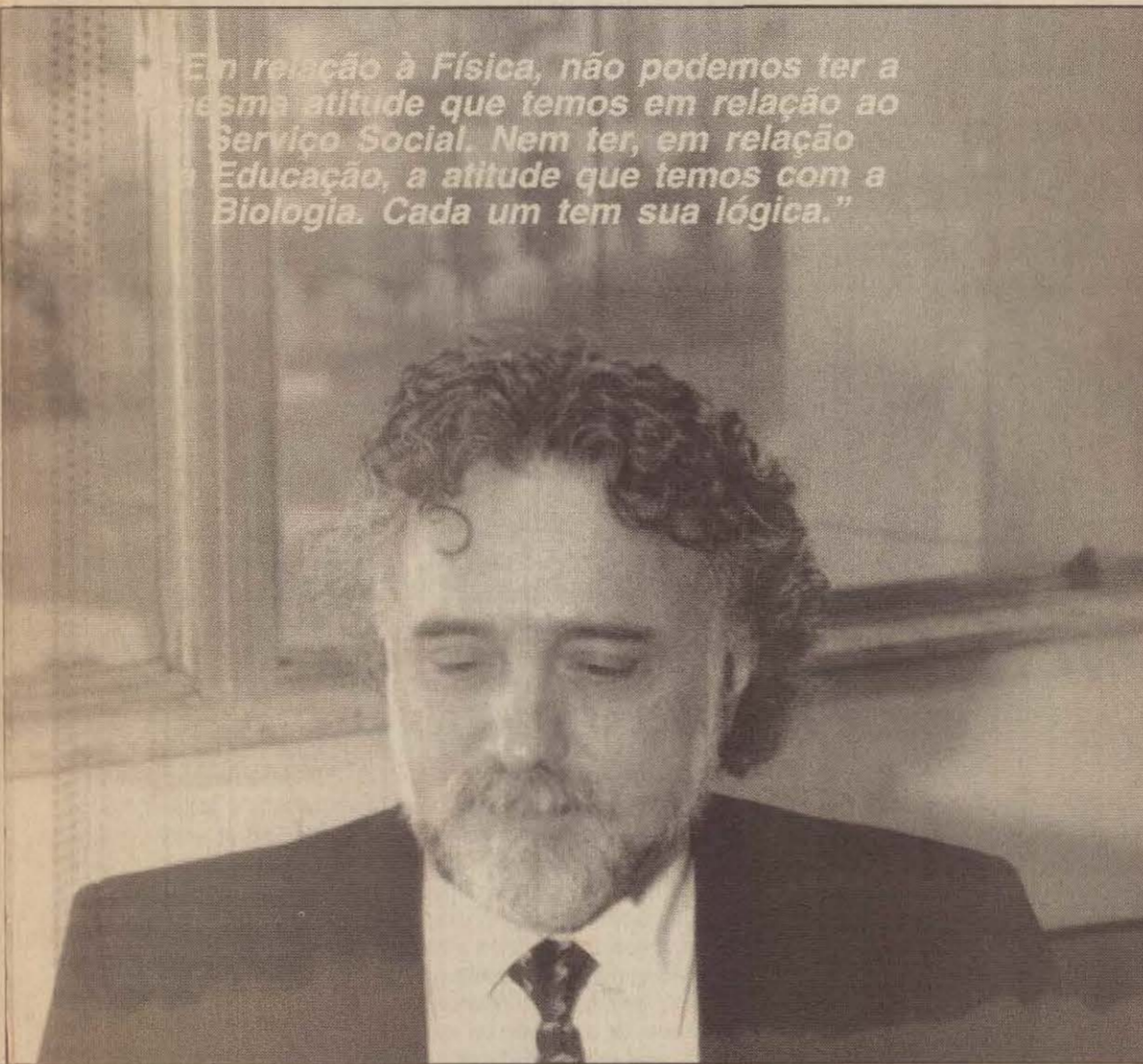
Bursztyn - A procura não se dá por serem cursos mais fáceis, mas porque o mercado acena com perspectivas positivas e mais imediatas em relação a essas formações. Entretanto, seguindo a tendência de crescimento dessas áreas, é possível que muito em breve se chegue a um estrangulamento,

JU - O senhor falou no Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq. A Capes vai ter um trabalho conjunto com esse Conselho?

Bursztyn - O presidente que me antecedeu, já na gestão dos ministros Cristovam Buarque e Roberto Amaral, criou uma comissão mista Capes/CNPq. Novidade no caso do CNPq, que não tem uma história muito intensa de interação. Essa comissão mista é presidida por um membro da comunidade científica, o ex-presidente da Capes, e que busca uma agenda comum, quer retomar o debate sobre o 4º Plano Nacional de Pós-graduação (4º NPG), que é uma coisa que está incubada há alguns anos. Seria necessário uma série de afinações de instrumentos e de agenda para que estas agências buscassem energias positivas e não simplesmente agir cada uma a sua maneira. Isto tem funcionado.

JU - Como está sendo feita essa avaliação de pós-graduação em sua gestão com as diferenças regionais? E qual sua importância?

Bursztyn - A Capes é uma instituição parlamentarista e não presidencialista: a direção tem um presidente, mas quem tem o poder de decisão são os colegiados. Não é da alçada do presidente dizer que vai mudar isso ou aquilo, mas ele pode sinalizar algumas questões. Como, historicamente,



"Em relação à Física, não podemos ter a mesma atitude que temos em relação ao Serviço Social. Nem ter, em relação à Educação, a atitude que temos com a Biologia. Cada um tem sua lógica."

ter também porta-voz de algumas preocupações que a atual gestão do Ministério da Educação tem.

JU - Dê um exemplo.

Bursztyn - Uma questão é: o que a pós-graduação pode fazer pela educação no país, dado que a educação sempre foi e é uma prioridade nacional? Mas temos lacunas graves que vão desde a pré-escola até chegar na pós-graduação. Sabemos que hoje há uma perda enorme desde que uma criança começa a estudar na pré-escola até chegar à pós-graduação. Nesse caminho, vamos perder sistematicamente talentos, porque houve evasão escolar ou necessidade de sair de casa para entrar no mercado de trabalho de forma precoce, porque a escola não foi de boa qualidade e não conseguiu manter os alunos; portanto não tem vagas para todo mundo. Quanto mais adiante vai o aluno, mais dificuldades ele encontra. Quando entramos na universidade, que é um funil enorme, e depois na pós, que é um funil do funil. A questão é que o Brasil não tem condições de fazer o que todos os países do mundo que desenvolvem fizeram, que é ter um sistema de educação universalizado, com acesso a todos e, no caso brasileiro, além disso, gratuito.

JU - Como é que se faz isso?

Bursztyn - É difícil, de um dia para o outro. Mas o desafio que se coloca hoje é o que a pós-graduação pode fazer para ajudar isso, tanto no resgate daqueles que foram perdidos, que hoje chamamos de analfabetos, jovens e adultos analfabetos. O Brasil tem, atualmente, mais ou menos 10% da população brasileira em situação de analfabetismo. É uma questão de justiça social resgatar essas pessoas. Os meninos que estão indo à escola nem sempre ficam. E quando ficam, a escola não é necessariamente de boa qualidade. Esse é um desafio, um papel que a pós-graduação tem. Além do papel tradicional de criar conhecimento e gerar tecnologias que vão ajudar a enriquecer o país de alguma forma, na cultura ou no processo civilizatório de maneira

geral. Ou nas atividades produtivas, pelo menos quando essas ciências se transformam em tecnologia.

JU - Como resolver a questão da diversidade na regionalização?

Bursztyn - O que é prioridade na Amazônia não é necessariamente prioridade no Rio Grande do Sul, ambas são prioritárias onde elas estão. As agências que fomentam ciência e tecnologia têm que aprender a lidar com a diversidade do Brasil, tanto em termos regionais, como, por outro lado, na diversidade de campos do conhecimento. Não podemos ter, em relação à Física, a mesma atitude que temos em relação ao Serviço Social. Nem ter, em relação à Educação, a atitude que temos com a Biologia. Cada um é uma lógica, não dessa área do conhecimento, é uma lógica

JU - Como é que se faz isso?

Bursztyn - É difícil, de um dia para o outro. Mas o desafio que se coloca hoje é o que a pós-graduação pode fazer para ajudar isso, tanto no resgate daqueles que foram perdidos, que hoje chamamos de analfabetos, jovens e adultos analfabetos. O Brasil tem, atualmente, mais ou menos 10% da população brasileira em situação de analfabetismo. É uma questão de justiça social resgatar essas pessoas. Os meninos que estão indo à escola nem sempre ficam. E quando ficam, a escola não é necessariamente de boa qualidade. Esse é um desafio, um papel que a pós-graduação tem. Além do papel tradicional de criar conhecimento e gerar tecnologias que vão ajudar a enriquecer o país de alguma forma, na cultura ou no processo civilizatório de maneira



"Nenhum país do mundo tem um Portal de Periódicos como o nosso, com acesso a mais de três mil títulos de revistas internacionais de grande importância."

diferente e portanto tem que ser vista como tal. Quando avaliamos um programa de Física, temos que fazê-lo com os instrumentos apropriados a avaliar a Física. Mas esses instrumentos não são necessariamente os mesmos, nem têm o mesmo grau de eficiência ou de justiça quando utilizados para avaliar a educação. Isso é uma questão que, desde o momento em que assumi a presidência da Capes, me propunha a encaminhar como item prioritário de pauta.

JU - Como a Capes faz a renovação do seu Portal de Periódicos?

Bursztyn - Acho importante que essa questão seja veiculada quantas vezes for necessário. Temos um Portal de Periódicos que, conforme o último balanço, teve 3 milhões 700 mil entradas. A comunidade usuária está em torno de 1 milhão de pessoas, são as universidades que têm acesso ao Portal do Periódico. Nenhum país do mundo tem um portal como nosso com acesso a mais de 3 mil títulos de revistas internacionais de grande importância. Embora seja um serviço indispensável, é também um serviço caro. O que estamos fazendo hoje é rever as condições contratuais mediante as quais adquirimos essas revistas. Percebemos que é possível que consigamos adquirir mais, novas revistas, novos títulos, junto a outras editoras que ainda não foram inseridas no nosso cardápio de títulos, e ao mesmo tempo baixar custos, porque em alguns casos esses contratos são injustos. Cada vez que credenciamos uma nova universidade como beneficiária, com acesso a esse serviço, pagamos um custo adicional, que é constante, quando deveria ser decrescente. Cada vez que entra, dado que o produto é o mesmo, não custou mais nada, porque é um produto virtual. A editora que vende essa revista para nós não paga direitos autorais, porque são revistas científicas. Na verdade, o autor vai buscar se habilitar, ser publicado, mas isso não retribui. Portanto, não há um custo maior cada vez que essa revista tem um leitor a mais. Pelo contrário ela deveria vender mais barato na medida em que novas universidades foram credenciadas, mas isso não acontece. É nesse âmbito que estamos chamando as editoras para renegociar. Uma delas, inclusive, representa quase 10 milhões de dólares anuais. Entendemos que é muito caro. Chamamos essa editora para conversar. Algumas estratégias estão sendo discutidas para que possamos reduzir o custo do Portal sem que isso implique perda de qualidade. Mas que fique claro: das 3 mil e tantas revistas que adquirimos, uma parcela considerável não é lida, porque os títulos não despertaram atenção. Em vez de renovar essas assinatu-

ras, talvez possamos usar esses valores para assinar outras revistas.

JU - Nesse campo, o Brasil é insuperável. Como se conseguiu isso?

Bursztyn - O Brasil foi o único país que atinou para a importância de criar um portal nacional, enquanto outros países têm portais por universidades. A Universidade da Califórnia é uma grande cliente dessas revistas internacionais, mas com uma universidade. O que o Brasil fez foi juntar. Uma atitude muito positiva da gestão anterior da Capes, que há três anos atinou para essa importância. E não vamos abrir mão disso, não vamos nos conformar com as modalidades de contrato em vigência. Vamos buscar o que seja mais satisfatório para o nosso usuário, que são as universidades, e para o contribuinte brasileiro, que em última instância é quem paga a conta.

JU - Como o senhor vê um plano nacional de pós-graduação?

Bursztyn - É fundamental para que possamos sinalizar quais são as profissões futuras e quais são as profissões passadas. E para que tenhamos uma coordenação do processo de fomento à pós-graduação no país. Sem isso, vamos ficar ou atirando no escuro ou atendendo o balaço de demanda, sem ter uma sinalização de prioridade.

JU - E a cooperação internacional e nacional?

Bursztyn - A história da cooperação internacional em matéria de ciência e tecnologia, especificamente em matéria de pós-graduação no Brasil, é uma história muito boa, muito positiva, muito rica. Mas temos uma tradição no Brasil de sermos agendados pela agenda externa. Normalmente somos procurados por outras universidades que buscam algum tipo de afinidade de um tema numa região, ou num grupo de pesquisa, nós respondemos se estamos interessados ou não. O que faz falta para o Brasil, hoje, e faz falta há muito tempo, é a sua própria agenda, queremos tal coisa de tal país. Isso é importante para nós. Por exemplo: temos um intercâmbio muito grande com os Estados Unidos e a Europa e um intercâmbio muito pequeno, praticamente inexistente, com a Índia, China, África do Sul, América Latina, em particular com o México, que é um país que tem um sistema universitário muito desenvolvido. Estamos sinalizando para a importância desses possíveis parceiros, que podem e devem ser objetos da definição de agendas prioritárias de pesquisas. Queremos saber se temos alguma coisa a oferecer e se temos algo a receber também. É muito simples e sai mais barato. Quando mandamos estudantes para países como a Inglaterra, que tem tradição de cooperação, pagamos não só a bolsa mas também as taxas. Isso acontece em relação a boa parte das universidades americanas também. Doubo a custo desse aluno para nós. Precisamos saber se esse aporte de conhecimento que estamos buscando não pode ser conseguido com os nossos vizinhos mais próximos. Porque não o Mercosul, que é uma prioridade brasileira? Está mais do que na hora de ativarmos o campo da cooperação acadêmica no Mercosul.

JU - Como colocar em prática essas idéias?

Bursztyn - Essas idéias só vão sair do papel, ou do discurso, se houver a mobilização da comunidade de pós-graduação, seja para refutar essas proposições, seja para aderir ou melhorar. São idéias que estão sendo lançadas para serem discutidas. Boa parte delas nem são novas, estão tão somente resgatando alguns elementos em debate, como por exemplo a elaboração do 4º Plano Nacional de Pós-graduação. Vai ser necessário apoio, participação e mobilização da comunidade científica, porque sozinho não acontece nada. Uma andorinha só não faz verão na pós-graduação no Brasil.



"A idéia é que o Brasil tenha condições de fazer o que os países desenvolvidos fizeram, que é ter um amplo sistema de educação universalizado, com acesso a todos e, além disso, gratuito."

JU - Em um país com as dimensões do Brasil e com as suas enormes diferenças regionais, quer em desenvolvimento, em necessidades ou em capacidade de resposta, esses desafios não se multiplicam?

Bursztyn - Sim. O Brasil tem uma concentração muito grande da pós-graduação em determinadas regiões. Outras, porém, são mal servidas. Por exemplo: a Amazônia ainda recebe menos de 1% dos valores das bolsas de estudos no Brasil e tem mais ou menos somente 2% dos programas de pós-graduação. A região Nordeste também tem, embora tenha uma quantidade razoável de cursos, está aquém em termos de uma proporção

Sistema de Avaliação da Educação Superior está em debate

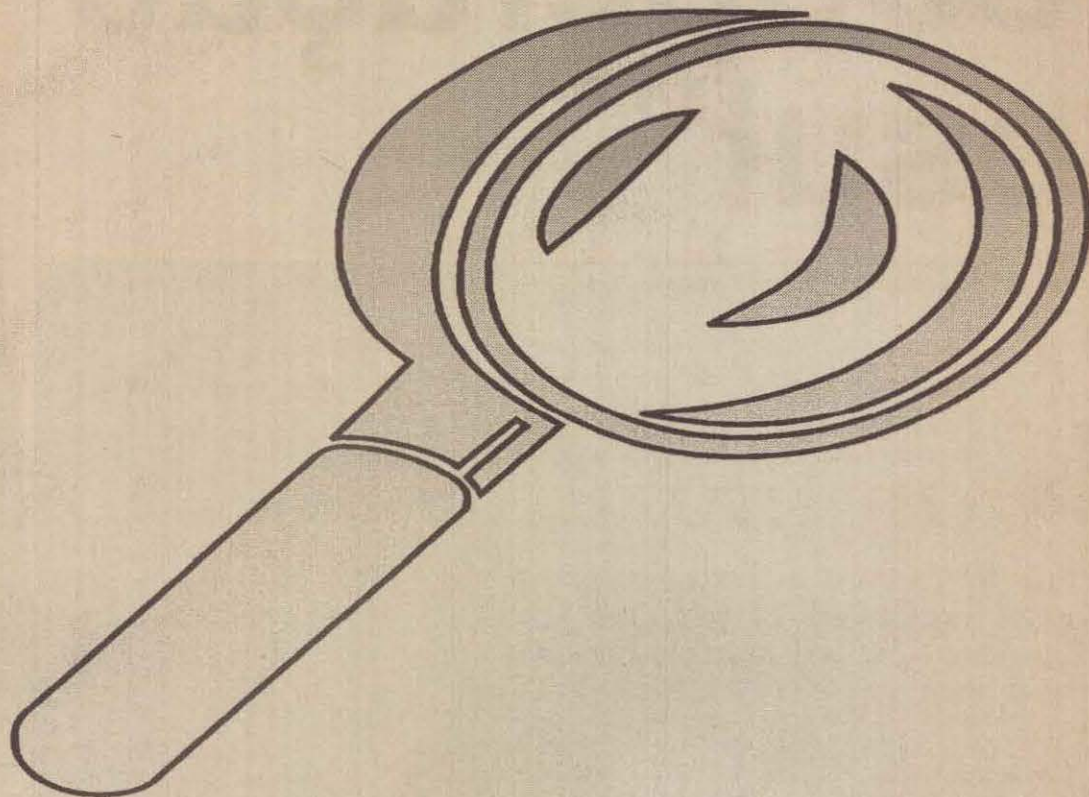
Entre as principais medidas está o desafio de fazer da avaliação uma alavanca para o avanço da missão da educação superior no Brasil

Desde o início de setembro deste ano os diferentes segmentos da universidade brasileira vêm discutindo a proposta do novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A UFRGS já encaminhou à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) seu posicionamento oficial, que fará parte do documento final que a instituição encaminhará ao Ministério da Educação. Depois de 38 audiências públicas preliminares para a elaboração do Sinaes, a proposta já foi encaminhada pelo MEC às comissões de educação do Senado e da Câmara e deverá ser implantada em 2004.

O Sinaes é a síntese dos estudos realizados pela Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior (CEA), nomeada em abril pelo Ministro da Educação, Cristovam Buarque. Segundo o documento, o objetivo da comissão é analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados.

Entre as principais medidas está a extinção do Provão, implantado no Brasil na década de 90 a partir da influência de organismos internacionais, como Unesco e Banco Mundial. Como substituto ao Provão, o Sinaes cria o Processo de Avaliação Integrada do Desenvolvimento Educacional e da Inovação da Área (Paidéia). São duas provas aplicadas por amostragem aos alunos, uma no meio e outra no final do curso. Além deste, o novo sistema propõe mais cinco instrumentos de avaliação: o Censo da Educação Superior; o Cadastro das Instituições e Cursos; os Sistemas de Registro da Capes e da Secretaria da Educação Média e Tecnológica do MEC; o Plano de Desenvolvimento Institucional; e o projeto político-pedagógico do curso.

De acordo com a titular da Secretaria de Avaliação Institucional (SAI), Ana Maria Braga, o documento elaborado pela UFRGS contém duas vertentes: uma que analisa os itens positivos da proposta da Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior e outra que destaca os aspectos que devem ser aprofundados. Ela afirma que, sobre a concepção de auto-avaliação, existe afinidade entre a avaliação que já vem sendo desenvolvida na UFRGS e o Sinaes. "Quando o Sinaes for implantado, em 2004, não teremos dificuldade de nos inserir no Sistema", comenta a professora.



Presidente da Comissão Especial de Avaliação fala sobre o Sinaes

O presidente da Comissão Especial de Avaliação Superior (CEA), José Dias Sobrinho, abriu as discussões do Sinaes quando esteve na UFRGS no início de setembro, falando a um auditório repleto na Faculdade de Medicina. Compareceram ao encontro tanto professores e técnicos administrativos da UFRGS como representantes de diferentes instituições de ensino superior da rede privada e pública gaúcha.

Dias Sobrinho é autor de vários livros sobre avaliação da educação superior e atualmente é professor colaborador da Faculdade de Educação da Unicamp, onde criou e implantou, como pró-reitor de Pós-graduação (1990 a 1994), a pioneira experiência de avaliação institucional. Quando esteve em Porto Alegre, falou ao Jornal da Universidade sobre a nova concepção e instrumentos de avaliação a serem adotados pelo Sinaes.

"A grande diferença é a concepção", ressalta Dias Sobrinho ao comparar a nova proposta do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) com a avaliação em vigor. Segundo ele, o Sinaes pretende construir um verdadeiro sistema em que os diversos instrumentos de avaliação integrem-se a partir de uma idéia básica e objetivos comuns. Que sejam instrumentos capazes também de construir um sistema da educação superior através de uma política mais voltada à condição social das instituições e não simplesmente à constatação da existência de certos índices.

A proposta prevê, ainda, dados quantitativos e implementa análises qualitativas bastante complexas com a participação da comunidade. Dias Sobrinho diz que o instrumento central da nova proposta é a avaliação institucional estruturada em duas partes: a auto-avaliação e a avaliação externa. Cada instituição vai decidir como e quando chamar a comunidade na qual está inserida para participar do processo avaliativo. "Professores de outros níveis, sindicatos, empregadores, ex-alunos, toda a comunidade que de alguma forma tem a ver com a educação superior poderá ser chamada."

Quanto à avaliação externa ela tem papel regulatório segundo o presidente da CEA. De acordo com o perfil de cada instituição, serão formadas comissões que vão conduzir o processo. E, para garantir a unidade do sistema e a qualidade da avaliação, será criada a Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Conaes). Tanto universidades da rede pública como da rede privada serão vistas com o mesmo rigor e os mesmos objetivos, garante Dias Sobrinho: "Todas devem demonstrar que têm uma função pública. Precisam justificar sua existência diante da sociedade". Ele afirma que não se trata apenas de capacitar profissionais para o trabalho, mas de buscar uma formação mais ampla, uma vez que a sociedade é dinâmica e muito complexa, "onde o lado profissional é apenas um dos aspectos desta complexidade social".

Outros aspectos, como os culturais e sociais, também são relevantes ao Sinaes, comenta o professor. A aprendizagem, de toda uma formação universitária, não se avalia através de uma única prova, às vésperas do final do curso, argumenta Dias Sobrinho. Embora reconheça a importância deste tipo de avaliação, ressalta que educação não é apenas o domínio do conhecimento técnico-científico adquirido, e que neste novo enfoque ava-

liativo os instrumentos têm caráter mais amplo. "Não é mais o estudante e seu desempenho e aprendizagem. É sua formação no seu aspecto global, ético, político e social."

Do ponto de vista dos avaliadores também é mais amplo o enfoque avaliativo do Sinaes. Conforme o professor, não será mais uma avaliação preparada em gabinete e aplicada de cima para baixo. "Toda a comunidade será chamada a fazer sua avaliação, da mesma forma como haverá avaliação externa." Nesse sentido, será respeitada a identidade institucional a partir da declaração da missão de cada uma. "Se a universidade avaliada prevê em sua missão a formação de professores para o ensino fundamental, ela vai ser avaliada nesta perspectiva", afirma Dias Sobrinho. Cada instituição terá que justificar sua existência do ponto de vista da relevância social, em termos da produção do conhecimento e da sua importância para a comunidade local ou regional, como melhorar a capacitação dos agricultores e professores, por exemplo.

"Só pode haver uma verdadeira avaliação se houver condições de autonomia", enfatiza o presidente da CEA. Essa autonomia deve ser entendida não como soberania, mas como condição que permita a cada instituição liberdade de expressão, de manifestação e de criar seus próprios instrumentos. "Precisa haver no Brasil um fortalecimento das instituições públicas para que estas possam exercer o papel de modelo para as demais."

Eunice Durhan vê problemas na proposta

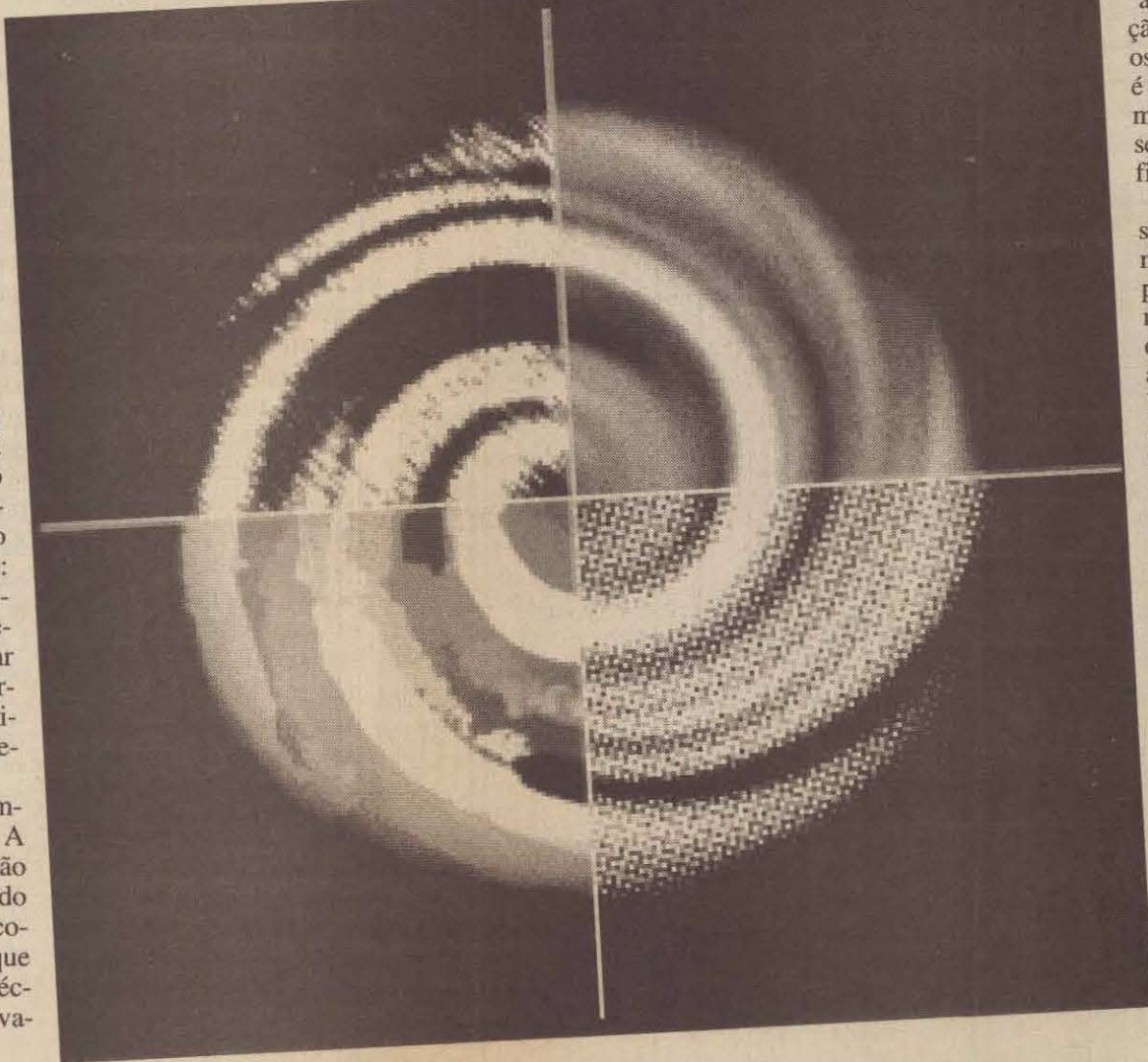
Antropóloga e integrante do Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior (Nupes), da USP, Eunice Durhan, tem se manifestado como um dos contrapontos ao Sinaes. Sua experiência passa pela função que desempenhou até 1997, como secretária do então ministro da Educação Paulo Renato, e depois como membro do Conselho Nacional de Educação. Em entrevista ao Jornal da Universidade sobre a educação superior brasileira e o novo sistema em discussão, a antropóloga disse que há dois problemas ou dificuldades básicas com o ensino superior brasileiro: a enorme variabilidade na qualidade do ensino e a ausência de equidade no acesso a este nível. Ela considera necessário melhorar substancialmente a qualidade dos cursos ruins e democratizar o acesso ao ensino superior. "Um sistema de avaliação pode contribuir muito para sanar o primeiro problema, mas não o segundo", comenta a pesquisadora.

Quanto à proposta da Comissão Especial da Avaliação do Ensino Superior (CEA), Eunice acredita que se está cometendo um erro básico ao desmontar um dos instrumentos mais valiosos e já testado para avaliar a qualidade do ensino, que é o Exame Nacional de Cursos, ou Provão. "Em seu lugar, querem implantar um processo extremamente amplo e fluido, do qual não constam indicadores que incidam especificamente sobre o quanto os alunos estão realmente aprendendo", critica. "O Provão pode ser aperfeiçoado, tanto através da publicação das notas obtidas pelos diferentes cursos, como pela utilização dos resultados para definir padrões mínimos de qualidade a serem necessariamente alcançados."

Eunice Durhan afirma que substituí-lo por um exame "amostral" é um erro, pois impede exatamente a avaliação de cada curso em comparação com os demais e com os critérios mínimos que devem ser exigidos. "O Provão é um instrumento valioso, pois mede muito menos o acúmulo de informações e muito mais a capacidade de desempenhar funções fundamentais, próprias de cada profissão".

Durhan afirma que a proposta do CEA avança no sentido de uma avaliação das instituições e não apenas dos cursos, "mas retrocede quando ignora que, para isto, é preciso manter (e aperfeiçoar) os sistemas vigentes de avaliação da qualidade do ensino e da produção científica", complementa. Ela diz que, além destes equívocos, a proposta é demasiado ambiciosa e abrangente, e a Comissão confia demais na auto-avaliação participativa. "A auto-avaliação pode funcionar bem em boas universidades públicas, mas não funciona nas péssimas instituições privadas. Entre um extremo e outro, funcionaria mais ou menos", argumenta.

Quanto às instituições de tipo diferente, Durhan acredita que elas devam ser avaliadas de forma diferente. Na concepção da professora, universidades que associam ensino e pesquisa não podem ser avaliadas pelos mesmos critérios com que se avaliam instituições de ensino que não têm a pesquisa como objetivo e escolas técnicas de nível superior. Desta forma, a avaliação institucional deve ser diferente, não pelo fato de serem públicas ou privadas, mas conforme seu objetivo ou função. "Entretanto, é indispensável que os cursos que oferecem o mesmo diploma de graduação (Engenharia, Direito, Administração, Ciências Sociais, Biologia, Letras etc.) e assegurem os mesmos direitos em termos de exercício profissional sejam avaliados pelos mesmos critérios, qualquer que seja o tipo de instituição no qual são oferecidos." (JCS)



UFRGS

Educação, bem público e patrimônio social.
Parabéns a todos que a cultivam.

23 de outubro 2003

Dia do Professor

Universidade

Servidor Público,
seu trabalho fortalece nossa universidade.

Parabéns!

23 de outubro de 2003



Dia do professor

A educação marca a diferença entre as nações. Sabemos o quanto é verdadeira essa afirmação. E no entanto, em nosso país, governos e sociedade parecem ainda duvidar.

A educação é uma prioridade não apenas porque torna as nações mais ricas no plano material. A educação é uma prioridade porque liberta, porque constrói valores e identidades. A educação testemunha que a riqueza das nações não se mede somente através das estatísticas econômicas. Nenhum país pode se considerar soberano se não é capaz de oferecer educação a seu povo – a todo seu povo, como bem público, como oportunidade de acesso ao conhecimento que é patrimônio da humanidade.

A educação realiza-se também com edifícios, infra-estruturas e equipamentos, mas é impossível sem professores. O professor, parceiro do estudante na aventura do "aprender a aprender", está no centro de uma caminhada que não visa apenas o diploma. O professor forma cidadãos. A atividade educacional, mais do que uma opção profissional, é sempre uma aposta na possibilidade de construção de uma sociedade mais democrática e solidária, de uma nação que não se cala e não descansa diante da desigualdade e da injustiça.

Os professores têm grandes desafios e responsabilidades. Conscientes da importância do trabalho que desenvolvem, os professores renovam todos os dias o compromisso de educar, aproximando os brasileiros e empenhando-se para que os governos e a sociedade compreendam que a educação é o melhor dos investimentos.

Professora que sou, abraço todos os colegas, desde a alfabetização até a pós-graduação, especialmente aqueles das nossas instituições federais de ensino superior. Que neste dia 15 de outubro, comemoremos a reafirmação de nossas mais profundas crenças.

Wrena Maria Panizzi
Presidente da Andifes

Porto Alegre, 13 de outubro de 2003

DIVULGAÇÃO



Cada vez mais, o mundo do trabalho dá valor ao desempenho em grupo



Informática e Psicologia comemoram 15 anos de PET

Ensinar a trabalhar de forma cooperativa é um dos objetivos do Programa Especial de Treinamento, que tem resultado em produções interdisciplinares e inter-institucionais

Em novembro, a UFRGS comemora os 15 anos do Programa Especial de Treinamento (PET) dos Institutos de Psicologia e de Informática, os primeiros criados no Estado. Ao longo deste tempo, cerca de 134 alunos passaram pelo programa, que busca a melhoria do ensino de graduação, com uma interdisciplinaridade que privilegie atuação coletiva no planejamento e execução de atividades acadêmicas.

"É fundamental que esta futura elite intelectual tenha vivências e internalize o conceito de ética, que saiba realmente inserir-se na sociedade como elemento transformador", ressalta o professor Dante Augusto Couto Barone, tutor do PET da Informática desde sua criação e presidente da Comissão Executiva Nacional do Programa Especial de Treinamento (Cenapet).

Como prevê o Programa Especial de Treinamento do MEC, os grupos devem ter até doze estudantes, selecionados nos primeiros semestres e que podem permanecer no programa de seu Instituto até completarem o currículo. "Como há muita oferta de estágio na área da Informática, este fato afasta alunos antes da conclusão do curso", comenta Barone. Ele ressalta, porém, que os grupos estão sempre com as vagas preenchidas.

Mas isso não acontece com o da Psicologia que, atualmente, está com nove bolsistas. Uma das metas é atingir doze vagas nos próximos anos. Diferentemente do que ocorre na Informática, os bolsistas da Psicologia conseguem permanecer no grupo até a conclusão do curso. A experiência mostra a importância do programa, tanto na Psicologia quanto na Informática. E constata que ele vem influenciando na formação acadêmica e se expandindo a cada ano, ampliando sua relação com grupos de todo o país. Hoje são 300 em nível nacional.

INICIATIVA DA CAPES

Em sua origem, o PET foi uma iniciativa da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que em 1979 deu início a três programas-piloto visando à qualidade. "Era um período em que o ensino superior estava sendo massificado", lembra Barone. Embora ao longo dos anos venham acontecendo mudanças no programa, em permanente processo de evolução, não há desvio do objetivo principal, o desenvolvimento da cidadania através de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

"Nisso ele difere de outros programas de bolsas como o Pibic, no qual o interesse maior é em relação à pesquisa", esclarece o professor. Atualmente, tem sua coordenação executiva na Secretaria de

Ensino Superior (SESu), vinculada ao Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior/DEPEM.

O PET DA INFORMÁTICA

O grupo tem natureza dinâmica e se renova constantemente à medida que seus integrantes concluem os cursos ou deixam o programa. Isso propicia uma interação entre alunos de estágios e aperfeiçoamento técnico diferentes. Atualmente, uma das tarefas do programa da Informática é a inclusão da Vila Fátima, em Porto Alegre, no mundo digital. Esse trabalho, realizado em parceria com o Instituto de Informática da PUC, visa beneficiar pessoas que não têm acesso a essa tecnologia ou que não sabem operar com ela.

Na UFRGS há trabalho sendo realizado na área de futebol de robôs, em que os alunos constroem os "jogadores" e desenvolvem *softwares* de inteligência artificial para controlá-los. Como em 2004, o grupo participará de uma competição internacional em Lisboa, eles precisam resolver questões como alocação de recursos e especificação de projeto, não só sob o ponto de vista técnico, mas também na relação com a sociedade.

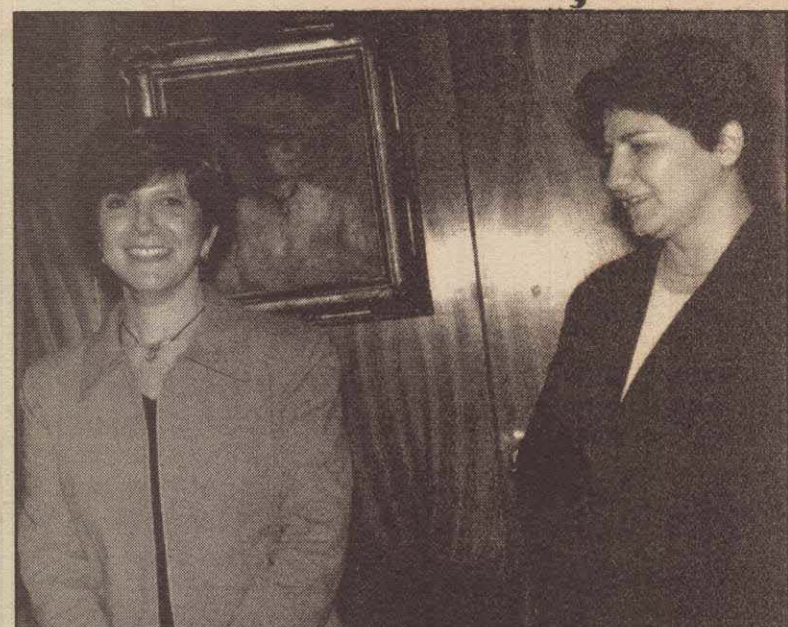
O PET DA PSICOLOGIA

Em fevereiro de 2003, a professora Débora Dalbosco Dell'Aglio assumiu a tutoria do PET da Psicologia. Desde então, o grupo realiza atividades abertas ao público. Recentemente, participou da organização dos 30 anos do curso de Psicologia da UFRGS, do IV Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar e do VI Sulpet (Encontro dos grupos PET da região Sul). Também iniciou parceria com o Projeto Quero-quero, uma atividade interdisciplinar de educação pelo esporte, integrando pesquisa, ensino e extensão.

A educação ambiental é outra preocupação do PET da Psicologia que trabalha no assentamento de trabalhadores rurais junto com o grupo do curso de Geografia da UFRGS. Por ser um dos mais antigos da Universidade, o PET da Psicologia tem colaborado com os grupos de seleção de outros na UFRGS. "Isso possibilita aos nossos alunos a aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso de psicologia e o aprimoramento do trabalho nos demais grupos", comenta Débora.

O primeiro professor-tutor do PET da Psicologia foi Cláudio Simon Hutz (de 1988 a 1995). Nesse período, diversas atividades foram realizadas, tais como organização de encontros, seminários e congressos de psicologia. Os bolsistas participaram em projetos de pesquisa com publicações, inclusive no exterior. De julho de 1992 a agosto de 1993, o tutor titular esteve afastado para a realização de seu pós-doutorado, assumindo como substituto o professor William Barbosa Gomes. Em outubro de 1995, a professora Denise Ruschel Bandeira assumiu a tutoria e o grupo organizou o primeiro encontro nacional de PETs de Psicologia. (JCS)

Instituto de Química com nova direção



Annelise Engel Gerbase e Adriana Raffin Pohlmann

Tomou posse a nova diretora do Instituto de Química da UFRGS, professora Annelise Engel Gerbase, tendo como vice a professora Adriana Raffin Pohlmann. A cerimônia ocorreu no dia 23 de setembro, no Salão Nobre da Reitoria e foi presidida pelo vice-reitor José Carlos Ferraz Hennemann e contou com a presença do pró-reitor de Recursos Humanos, Dimitrios Samios.

Embora a data tenha marcado a posse de Annelise como diretora oficial do Instituto, a professora já vinha respondendo pelo cargo desde o afastamento do então diretor da Química que é o atual pró-reitor de Recursos Humanos, Dimitrios Samios. No discurso de posse, Annelise reafirmou seu compromisso em promover o crescimento institucional que serviu de meta a seus antecessores. "Esse legado que recebemos propicia o meio adequado para que as idéias e os talentos individuais possam florescer." Também destacou a necessidade de uma grande dose de idealismo para todo aquele que se propõe a dirigir uma instituição pública nos dias de hoje.

Annelise ressaltou que a química constitui hoje a matriz fundamental para muitas outras ciências e tecnologias. "Esta importância tem marcado a história do Instituto de Química da UFRGS nos últimos 25 anos a partir da ampliação de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão", afirmou. Há duas décadas havia apenas um doutor na unidade e hoje, dos 66 professores efetivos, 94% têm doutorado sendo que 95% destes trabalham em regime de dedicação exclusiva. O parque de equipamentos também cresceu nos últimos anos. Segundo Annelise, são quase US\$ 2 milhões em equipamentos instalados. Esse desenvolvimento teve início nas décadas de 70 e 80, quando a sociedade solicitou à administração central da universidade a promoção de ações do instituto de Química para formar professores e jovens pesquisadores com enfoque especial para o setor petroquímico, em expansão no Estado. Neste período foi criado o Programa de Pós-graduação, (primeiro o mestrado e depois o doutorado). Atualmente, é oferecido também um mestrado profissionalizante e o Instituto participa de programas de pós-graduação de outros cursos como no caso de ciências dos materiais e microeletrônica.

Annelise fez questão de lembrar as parcerias que têm colaborado com a expansão do trabalho de ensino e pesquisa no Instituto de Química. São parcerias tanto com instituições do estado quanto com organizações internacionais. Entre os projetos de pesquisa de transferência de tecnologia estão as parcerias com empresas como Copesul, Opp, Triunfo, Ipiranga, Petrobrás, entre outras. (JCS)

Alunos simulam uma sessão da ONU

Saber negociar, perceber pontos de convergência, ter noção da política externa de diferentes países, construir convincentes argumentações. Estes foram alguns dos desafios vividos pelos 108 estudantes de diferentes cursos e instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras que, durante quatro dias, de 16 a 19 de outubro, participaram do UFRGSMUN (Model United Nations). O evento é a primeira simulação acadêmica da ONU promovida pela UFRGS, tendo como organizadores 30 alunos do curso de Direito com a supervisão acadêmica da professora e doutora em direito internacional, Cláudia Lima Marques. Esteve presente na cerimônia de abertura o jurista brasileiro e ex-ministro da Justiça, Francisco Rezek, juiz da Corte Internacional de Justiça em Haia, na Holanda. Na sua opinião, realizações como esta são importantes para mostrar que a ONU não se restringe ao Conselho de Segurança, mas tem atuação nas diversas áreas do Direito Internacional.

Tendo o inglês como idioma oficial, durante o UFRGSMUN os estudantes se dividiram na discussão de dez questões envolvendo interesses de diferentes países. Após as inscrições, eles receberam a determinação do assunto e a indicação da delegação da qual fariam parte. Assim puderam se preparar para os debates que seriam realizados. A Corte Internacional de Justiça debateu o caso da plataforma de petróleo do Irã com oposição dos Estados Unidos e o caso de um prisioneiro mexicano e a ação norte-americana. O Comitê de Segurança teve, como questões, a situação em Serra Leoa e guerrilha/terrorismo. Também as questões dos transgênicos e a clonagem humana foram discutidas no encontro dentro do Comitê Jurídico. Já, o Comitê dos Direitos Humanos debateu a sua universalidade e situação frente organizações econômicas internacionais. O Programa Ambiental examinou os recursos de águas do-

ces internacionais e os créditos de carbono.

Como atividade geral, aberta a todos os inscritos, foram oferecidas três palestras em português. O embaixador Jorge Ribeiro falou a respeito do panorama geral e princípios da diplomacia brasileira. Paulo Vizentini, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, levou aos estudantes seus conhecimentos sobre o exercício da diplomacia entre os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e o capitão do Exército, Cristiano Colares, relatou sua experiência de seis meses em uma força da paz da ONU no Timor Leste.

"Fabuloso", foi o comentário de Lucas Lixinski para definir o UFRGSMUN. Estudante de Direito e representante da secretaria geral para assuntos administrativos da comissão organizadora da atividade, Lucas afirma que os membros da comissão não esperavam tamanho sucesso, pois a maioria dos inscritos ainda não tinha participado de um trabalho acadêmico deste gênero e porte. "Os delegados estavam muito bem preparados e atingiram alto nível", observa. Preparo que levou a vários aprendizados como o de Luciana Goulart Quinto, também estudante de Direito e secretária geral da comissão organizadora. "É muito mais fácil ser o bonzinho, do que o malvado da história", constata Luciana que fez parte da delegação norte-americana em um dos cinco comitês simulados da ONU. (JCS)

RICARDO DE ANDRADE



No encerramento houve a entrega de menções honrosas para delegados que se destacaram no exercício dos princípios diplomáticos, com boa oratória e bom relacionamento com o grupo. As indicações foram feitas através de votações internas entre os delegados em cada comitê. Os destaques:

Conselho de Segurança
Matheus Brandão Moraes - Direito / UFRGS
Érico Teixeira de Loyola - Direito / UFRGS
Ítalo Passuelo Zannette - Direito / UFRGS

Comitê Jurídico
Andrés Ignacio Ferratto - Direito - Universidad Nacional de Litoral (Argentina)
Bruno Zanella Quinto - Direito / UFRGS

Programa Ambiental
Lucas De Ross Welter - Arquitetura - UFRGS
Lúcio Ferraro Ludwig - Direito - UFRGS

Corte Internacional de Justiça
Helio Maciel de Paiva Neto - Direito / UFRN
Leandro Barreto Bortowski - Direito / PUCRS

Comissão de Direitos Humanos
Joyce Copstein Wainberg - Mexico - Direito / UFRGS
Marcelo Dalmás Torelly - Russian Federation - Direito / PUCRS

Delegação destacada no geral
Delegação do Chile
Philippe Eduardo Schefer Berman - Economia/UFRGS
Javier Morales Sarriera - Economia/UFRGS
Thomas Hyedno Kang - Economia/UFRGS
Manoel Gehrke Ryff Moreira - Economia/UFRGS
Henrique Brusius Renck - Economia/UFRGS

Os índios se encontram em Marlui Miranda

● JUARez FONSECA
Jornalista

“A música e a cultura indígenas me abriram uma porta de crescimento infinita, que me valida como ser humano”, diz a cantora e compositora

Quando, no mundo, se fala em música indígena brasileira, o primeiro nome citado é o de Marlui Miranda. Ela já era uma referência antes mesmo de lançar, em 1995, o disco *Ihu - Todos os Sons*, com músicas de 12 povos indígenas, que recebeu três prêmios internacionais. Depois, não parou mais de receber convites para shows, palestras e seminários em universidades de vários países. Nascida em Fortaleza, em 1949, passou parte da infância também no Rio e aos dez anos mudou-se com a família para Brasília - o pai integrou a primeira equipe de engenheiros que trabalhou na construção da nova Capital. Em Brasília, trocou a Faculdade de Arquitetura pela de Música; de volta ao Rio no início dos anos 70, estudou violão clássico e começou a carreira no grupo de Egberto Gismonti. Entre outros, tocou e cantou com Milton Nascimento, Gilberto Gil e Jards Macalé. Tem cinco discos individuais, desde 1993 integra paralelamente o grupo paulista Pau Brasil, compôs trilhas para teatro e cinema (como a do filme Hans Staden). Mas, mais do que tudo, é uma alma índia em meio aos brancos, como se pode ver neste depoimento ao *Jornal da Universidade*, dado quando esteve em Porto Alegre para uma oficina sobre música e dança indígena, promovidos pela UFRGS.

DE GONZAGÃO A DEBUSSY

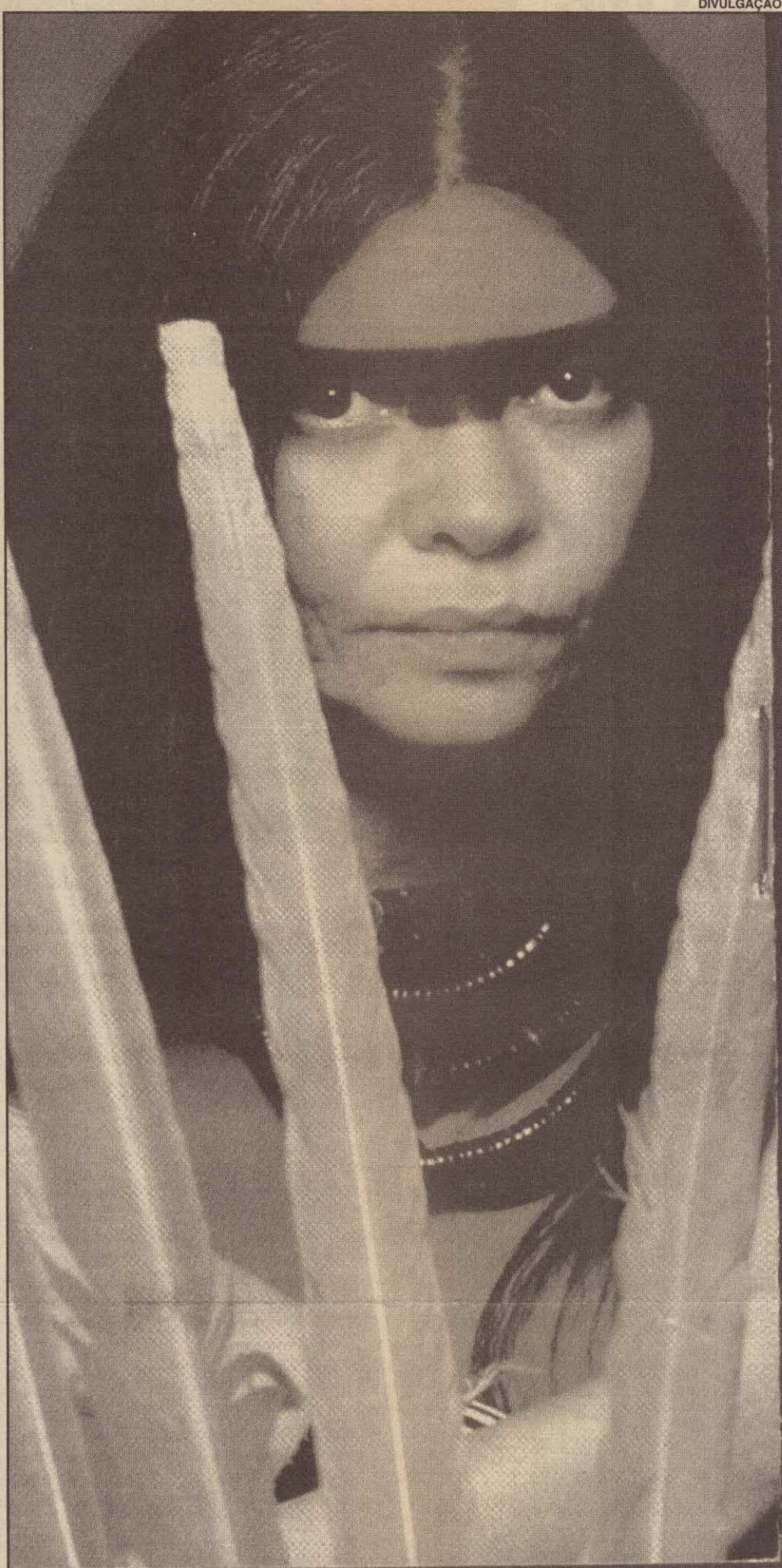
Quando me aprofundei no estudo de música, minha idéia era ser concertista de violão clássico - estudei com Turbido Santos, Oscar Cáceres, Jodacil Damasceno. Mas acabei enveredando pelo veio da pesquisa da música de raízes e isso, aliado ao meu interesse em conhecer o Brasil, me levou à música indígena. Na infância ouvi muito Luiz Gonzaga, sempre gostei de música nordestina e de música folclórica. Minha mãe tinha discos da Inezita Barroso, por exemplo, e eu ficava ouvindo, encantada. Na adolescência descobri Miles Davis e o jazz e também ouvi muita música clássica, adorava Debussy, chorava ouvindo Debussy. Era muito sensível, talvez mais do que hoje. Tive a sorte de ouvir coisas boas desde pequena e meu gosto sempre foi bem eclético. Acho que a inclinação para o lado da pesquisa se deve a esse ecletismo, que me permitia qualquer coisa.

A REVELAÇÃO DA IGNORÂNCIA

Às vezes penso que nosso destino está escrito, tantas são as coincidências, ou acaso. Logo depois de me mudar para o Rio com a família, no início dos anos 70, decidida a viver de música, conheci Luiz Eça. Ele me ouviu e falou: “Puxa, tem um camarada que eu acho que vai gostar de ouvir você”. E me levou na casa do Egberto, com quem começaria minha carreira profissional, integrando o grupo Academia de Danças - fizemos muita coisa juntos, até hoje a gente troca umas figurinhas. E lá estava eu, tocando no grupo do Egberto, quando um dia sou apresentada ao sertanista Nunes Pereira, que eu não conhecia e que, ao fim da conversa, resolveu me dar de presente uma coleção de discos com músicas dos índios do Alto Rio Negro, produzida pelo padre saleziano Alcionilio Bruzzi. Já bem velhinho, Nunes Pereira quis me dar a coleção e em princípio eu recusei, disse que iria recuperá-la para ele e a devolveria, pois os discos estavam sujos e com as capas todas rasgadas. Levei para casa e fui ouvindo, enquanto arrumava as capas. Fiquei tão impressionada que me disse: “Meu Deus, sou muito ignorante, ignorante demais!”. Como é que não conhecia uma coisa daquelas, como não sabia daquelas línguas? Só no Alto Rio Negro o padre registrara um complexo de 28 etnias!

AS PESSOAS SÃO SURDAS

A coleção era composta de um livro e oito vinis. Nos vinis tinha um dicionário oral, o padre dizia as palavras em português e cada índio de sua etnia ia respondendo. E isso em meio aos cantos, as músicas. Fiquei encantada e comecei a utilizar aqueles elementos em minhas composições, começando com a música *Estrela do Indaia*, de meu primeiro disco. A letra diz: “Terra em tukano é Di'tá, pedra em wananá é Ta'ca, gente em nhengatu é Mirá”, e por aí vai. Percebi na hora que minha ignorância era mesmo muito grande em relação a tudo isso, pois só conhecia as incursões do Villa-Lobos na música indígena. Então tive a clarividência: “Vou me dedicar a estudar essa coisa, quero fazer um trabalho ligado à origem brasileira e raiz mais funda que essa não existe”. Mas a razão principal era mesmo o prazer de lidar com uma música que eu descobri que gostava, e muito. E que quase ninguém conhecia. Mais: que as pessoas eram surdas a essa música. Até hoje são surdas, existe um bloqueio tão grande em relação a ouvi-la que acabei funcionando como uma espécie de tradutora das melodias. Às vezes chego a não acreditar como é possível que gente com treino musical, quando ouve um canto indígena e tem que transcrever, diz “ah, não tô entendendo, isso não dá para transcrever”...



Marlui em foto feita para a capa do disco *Ihu - Todos os Sons*, de 1995

ORGULHO DE SER “MALUCA”

Em 1978, vendi os equipamentos que tinha e fui para Rondônia com meu ex-marido, o fotógrafo Marcos Santilli. Lá aprendi boa parte do repertório que gravei no CD *Ihu - Todos os Sons*, lançado em 1995. No meio tempo, lancei meu primeiro disco em 1979, passei um ano nos Estados Unidos pesquisando e trabalhando como bolsista da Fundação Guggenheim, voltei a Rondônia em 1981 para uma viagem de seis meses pelos rios, lancei o segundo disco (*Revivência*) em 1983, e o terceiro (*Rio Acima*) em 1986. Nossa!, foram anos até gravar *Ihu*.

FOTOS RICARDO DE ANDRADE



E só consegui gravar graças às leis de incentivo. Porque imagina, naquela época, quem iria querer gravar um CD só de músicas indígenas, e eu cantando? Na época em que comecei o projeto, a palavra ecologia mal e mal existia em nosso vocabulário. Quem falava nisso era maluco. Eu era considerada “maluca” e me orgulho de ter sido, porque tenho mesmo peito para assumir as coisas nas quais acredito. Daí a situação política do país foi melhorando e acabei encontrando as pessoas certas.

UM PROJETO DE VIDA

Um dos resultados é que *Ihu - Todos os Sons*, foi lançado em vários países. Em 1996, foi premiado como o melhor CD de *World Music* pela Associação dos Distribuidores Independentes Norte-Americanos e pela Academia Alemã de Crítica. Foi muito gratificante. E o espetáculo também foi um grande sucesso, tanto que até hoje faço o mesmo. E não vou parar de fazer porque não é um trabalho de modismo, tem a consistência de um projeto de vida. Às vezes faço algumas coisas diferentes porque não dá para sobreviver só disso. Gravo coisas com outras pessoas, faço muitas oficinas e residências, dou aulas em universidades. Agora mesmo cheguei de um curso que dei nos Estados Unidos durante três meses, sobre povos e culturas da Amazônia. É ligado à etnografia, mas não sou antropóloga, sou apenas uma performer, uma musicista, uma intérprete, e nunca me apresento nesses lugares com algum título acadêmico. Sou o que sou. Por outro lado, é claro que o projeto tem a participação de linguistas, de antropólogos, dos próprios índios. É um grande grupo que se liga e se expande através de pessoas novas no mundo todo.

ENSINANDO A GRAVAR

Comecei na década de 70, impulsionada pela descoberta das etnias do Rio Negro, e só agora, mais de 20 anos depois, vim a ter novo contato com esses grupos. Mas nunca os esqueci e sempre sonhei fazer alguma coisa juntos. Para minha felicidade é o que estou realizando, com a produção de um álbum triplo para a etnia dos tuyuka, a ser lançado em 2004 em parceria do Instituto Sócio-Ambiental (ISA), que financiou a pesquisa, com a Fuirne, a federação das organizações dos índios do Alto Rio Negro, que representa 28 etnias. Os tuyuka queriam registrar sua música e me convidaram para assessorá-los. O equipamento de gravação foi para lá, ensinei os índios a operá-lo e eles fizeram absolutamente tudo: escolheram as músicas e os textos, gravaram, definiram os cortes, a mixagem.

VOZES DA NATUREZA

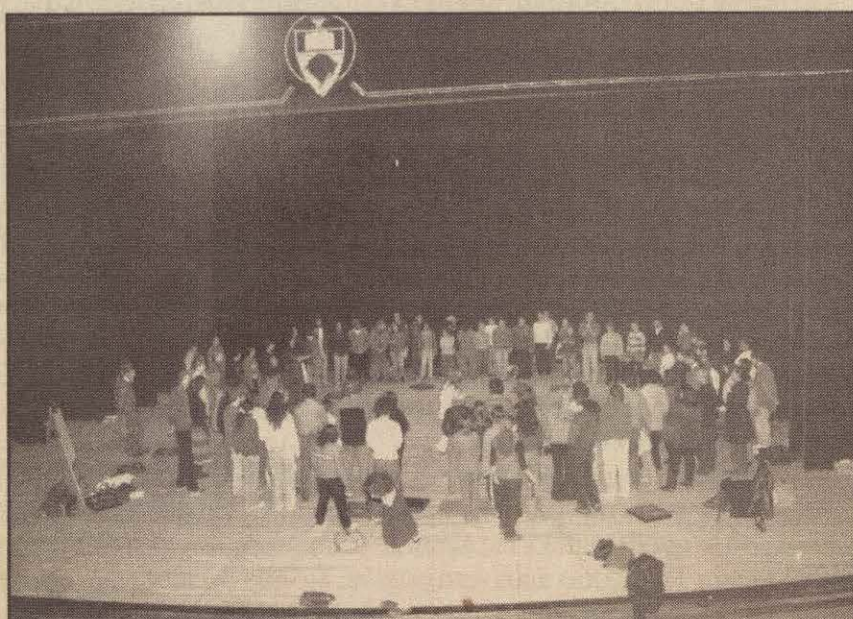
É um universo. Cada etnia tem os seus estilos, as suas formas de cantar, que são absolutamente diferentes. O ouvido comum pode dizer que “ah, é tudo igual”, mas não é nada disso. Tem os cantos, a parte instrumental com flautas e apitos, as danças, tudo seguindo o calendário das festas, em geral ligadas à abundância de peixes e de frutas, aos elementos da natureza. É uma música funcional, orgânica, não existe sem utilidade. Tem narrativas para antes e depois do contato com os brancos, relatos mitológicos, histórias de guerreiros, a presença dos espíritos - que estão nos animais, nos vegetais, nos rios, até nas pedras. Toda pessoa da comunidade é um músico em potencial. Todos cantam e dançam porque o ritual é parte do cotidiano, uma coisa naturalmente sincronizada com a vida.

OS KAIAPÓ CAPTURAM MÚSICAS

O idioma em que os tuyuka cantam suas músicas muitas vezes não é o atual mas o dos ancestrais, e isso é impressionante. Há coisas que podem ser traduzidas, mas às vezes tem um núcleo da música que ninguém sabe o que significa porque é um verso antigo, perdido mas preservado através de gerações. E por outro lado, os índios costumam absorver elementos de músicas estrangeiras - por “estrangeiras” entenda-se brasileiras, como o *Pavão Misterioso* que flagrei um dia. E pode ser qualquer coisa que eles ouvem no rádio. Os kaiapó freqüentemente “capturam” músicas que lhes interessem. Os panará também, até “capturaram” uma música dos kaiapó que eu canto. Como viram que eu cantava, acharam que a música era minha, então eu era uma possível transmissora, desde que houvesse uma “negociação”. E no momento em que você passa, que você ensina, e eles aprendem, a música fica sendo deles.

UMA PORTA PARA O FUTURO

Nunca saí deste mergulho. Continuo sempre me modificando, porque cada experiência vai sendo sempre uma inovação na minha vida. Acho que a música e a cultura dos índios brasileiros me abriram uma porta de crescimento infinita, um projeto que me valida como pessoa, como ser humano. Os índios me abriram um futuro.

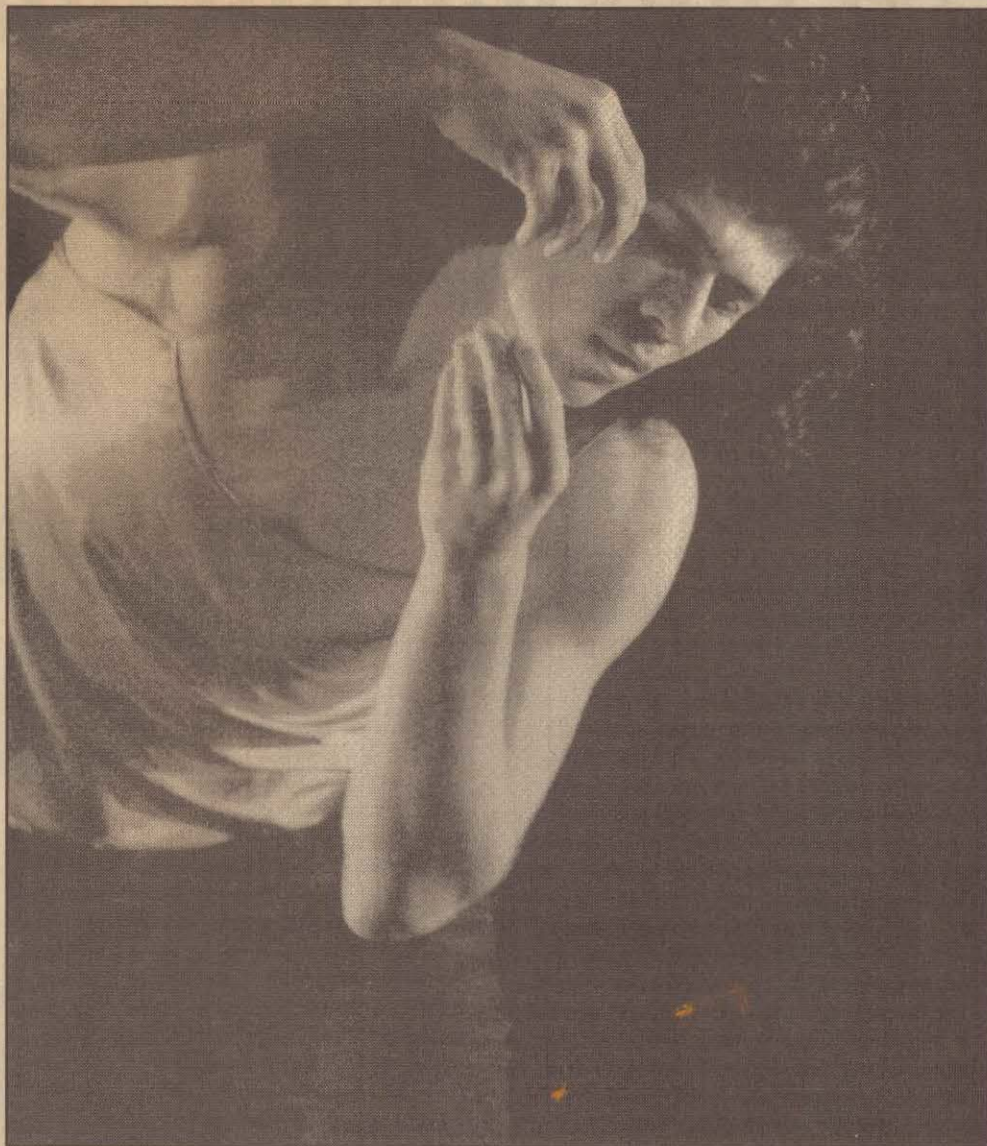


Marlui Miranda esteve recentemente em Porto Alegre, a convite da UFRGS, para um show e uma oficina no Salão de Ato. No momento de folga também aproveitou para tomar chimarrão

João Fernando: vida de bailarino

•ADEMAR VARGAS DE FREITAS
Jornalista

Ele sonhava em evoluir num gramado, ouvindo os gritos da torcida, mas reverteu esse sonho: trocou o estádio pelo teatro, o gramado pelo palco e a torcida furiosa por uma platéia sensível e atenta à força e à graça do movimento. Com a mesma dedicação com que freqüentou campinhos de várzea, ginásios e até um estádio de verdade, em Uruguaiana, João Fernando agora evolui, cria, inventa e expõe seu talento no palco, consagrado com um Prêmio Açorianos de melhor bailarino em 2001. No momento, ele está em Essen, na Alemanha, selecionado para um curso de quatro anos na Volkwang Hochschule, escola federal, gratuita, de dança, música e teatro, fundada em 1927 pelo coreógrafo Kurt Jos e dirigida desde os anos 80 por Pina Bausch, criadora da dança-teatro.



Muitos mestres, muito esforço

No final de 1998, João Fernando começou a se interessar pela dança contemporânea. Depois de fazer aula com o Ricardo Vinícius, foi dançar no grupo Danças do Sul, dirigido por June Machado e Lia Fróes. No início de 1999, passou a atuar também no Balletto, um grupo de dança só de homens, dirigido por Cléber Menezes e Guélio Menezes, recentemente falecido. No final da década de 80, esse grupo fez história em Porto Alegre, ganhando o Prêmio Açorianos e outros prêmios, e estava voltando a atuar no final da década de 90. "Eram seis homens, e eu entrei para compor o grupo. Foi uma experiência muito boa, principalmente por ser só homens. Fiquei até o fim do ano. Durante o inverno, passamos muito frio nos espetáculos: o figurino era apenas um tapa-sexo, e a gente cobria o corpo com barro, o que ajudava a esfriar mais ainda."

Ainda no início de 1999, João Fernando começou a fazer aula com Jussara Miranda e em seguida entrou para a Muovere, a companhia que ela dirige. "Estreei no dia 3 de setembro, num duo do espetáculo *Recintos*, no Teatro São Pedro. Logo depois, voltei a fazer aulas com Eva Schul. Foi uma época de intensa aquisição de técnica de dança. Tinha semanas em que em cinco dias eu fazia até 14 aulas, quase três por dia. Era até uma fixação em me aperfeiçoar, adquirir técnica. Hoje até não penso assim."

Ele dançou com a Muovere durante todo o ano 2000. Em 2001 entrou para a Ânima, a companhia de Eva Schul. Atuou nas duas companhias até setembro do ano passado. "Era muito bom estar nas duas: na Ânima, fazia dança moderna e coreografia de dança contemporânea; na Muovere, fazia dança contemporânea. No final de 2001, também trabalhei com Tatiana da Rosa, que tem o grupo Artérias, a Produção de Movimentos."

PRÊMIO AÇORIANOS

Em 2000, João Fernando foi indicado para o Prêmio Açorianos. Em 2001 ganhou esse prêmio como melhor bailarino, com o espetáculo *Bild*, da Muovere, que também ganhou o Açorianos de melhor espetáculo, melhor coreografia e melhor bailarina. Em seguida, começou a criar coreografias junto com Marcela Reichelt, em função do Rumos Dança, programa do Itaú Cultural que, em 2001, estava fazendo o mapeamento da dança contemporânea no Brasil e se dispunha a financiar alguns trabalhos.

"Participamos da mostra, mas não fomos selecionados. Em compensação, conheci a diretora do programa, Sonia Sobral, e fiz um *workshop* com o coreógrafo venezuelano Davi Zambrano, que mora na Holanda e que

trabalhou com improvisação, com preparação diferenciada. Foi importante para mim, que só trabalhava com movimento, movimento, movimento. Aí a minha concepção de dança começou a mudar. Aí comecei a pensar em ser um criador."

Em 2002, ele já estava desenvolvendo um trabalho autoral. E com esse trabalho, foi indicado pelo Conselho Brasileiro de Dança a representar o Rio Grande do Sul, como coreógrafo e bailarino, numa mostra no Rio de Janeiro. "Isso foi em outubro. Na mesma época, junto com Marcela, levei o trabalho a Florianópolis e a Curitiba. Com o meu trabalho de criação. Eu e a Marcela, atuando como um duo. Dançamos também na Usina do Gasômetro, no Projeto Dançar. E o nosso trabalho foi crescendo: no princípio, o espetáculo tinha 10 minutos, depois passou para 15 e quando vimos estávamos com um espetáculo de 30 minutos."

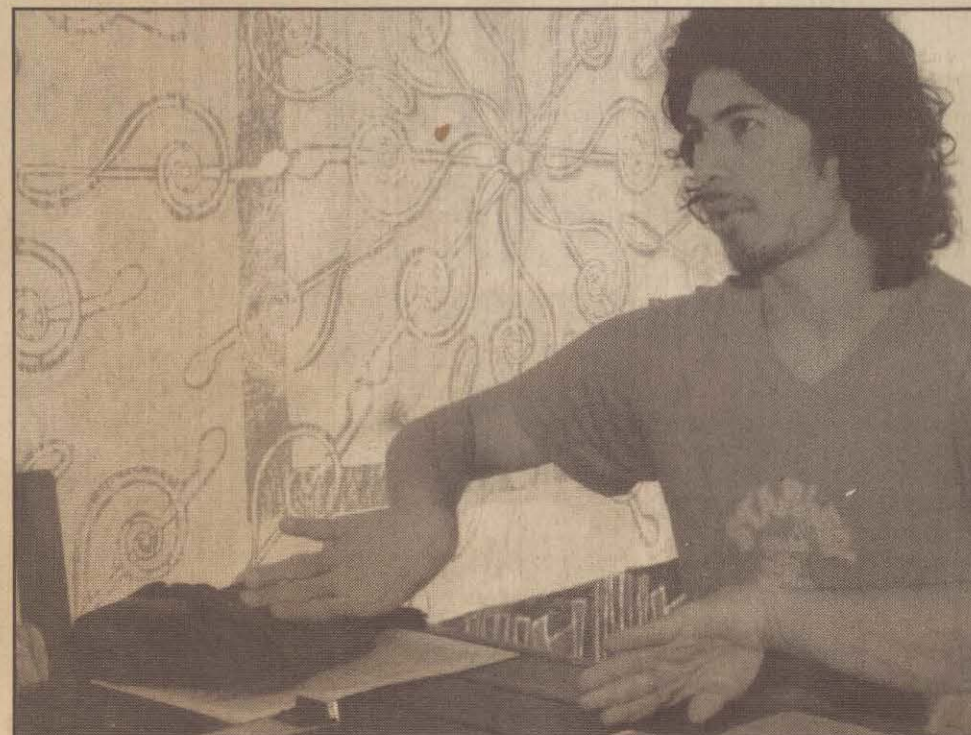
Este ano, ele apresentou um trabalho independente, agora solo, que chega como uma continuação do trabalho realizado com Marcela. "Chama-se *Ausência*, e foi desenvolvido a partir de uma pequena coreografia que tínhamos dentro do nosso espetáculo. Com o corpo, busco criar uma linguagem própria, um vocabulário de movimentos. Essa é a minha pesquisa atual."

DANÇA SEM MÚSICA

João Fernando considera que a música é uma das questões bem fortes dentro do seu trabalho: "Até porque não tem música. Minha irmã mais velha, que veio de Santa Maria para se despedir de mim, comentou uma vez com uma amiga: 'Achei o Fernando meio estranho: primeiro, dançou com figurino de ensaio, depois parou de se maquiar, por fim deixou de usar música no espetáculo. E ainda ganha um prêmio! Não entendi'."

O bailarino explica que seu trabalho é uma busca de linguagem de dança, uma pesquisa da relação da dança com o teatro, com a música, com os objetos cênicos, que têm a ver com a dança e as artes plásticas. E diz que esse trabalho está em processo, e que não pretende formá-lo, começou como processo e vai continuar como processo.

"Quando dou aulas, aqui na Casa do Estudante Universitário, é sem música. A música sempre teve uma relação direta com a dança, sempre regeu a dança. Dançar significava dançar com música. A música te induz a dançar, te coloca em movimento. Mas muitos coreógrafos produzem trabalhos que dispensam a música, principalmente coreógrafos da vanguarda européia e estadunidense: retiram os outros elementos e deixam o corpo dançar."



"Em fevereiro de 2004, virei da Alemanha para participar da segunda edição do Rumos Dança, promovido em São Paulo pelo Itaú Cultural"

João Fernando Martins Cabral Filho nasceu em Uruguaiana, no dia 17 de abril de 1976, filho do mecânico de automóveis João Fernando, e da professora Maria Clori, que se separaram quando ele tinha três anos de idade. Os oito filhos do casal criaram-se com a mãe e hoje estão espalhados pelo Brasil: Helen e Maria Clori estão em Santa Maria (RS); as gêmeas Samara e Sheila vivem em Salvador (BA); Michelen está em Foz do Iguaçu (PR); Cristiane, em Porto Alegre; e Cristian, em São Paulo (joga no Juventus).

Da infância João Fernando guarda boas lembranças: "Corri muito, subi muito em árvores, roubei muita laranja dos vizinhos, brinquei muito de polícia e ladrão, joguei futebol e briguei muito com meu irmão, três anos mais novo". E lembra que costumava atravessar a pé a ponte sobre o Rio Uruguai, acompanhando o avô, que ia comprar carne em Paso de los Libres, cidade argentina onde a família se abastecia de roupas de inverno quando o câmbio era favorável.

Da escola, ele também guarda recordações agradáveis. Estudou até a quinta série do ensino fundamental na escola Iris Ferrari Vals, que ficava em frente de sua casa. Da sexta à oitava série, estudou na escola estadual Dom Hermeto e fez o ensino médio no colégio Elisa Ferrari Vals. "Eu sempre tirava boas notas, mas gostava muito era da primeira escola, onde estudei desde o pré. Me lembro da professora Niúra, que um dia elogiou um desenho que eu fiz, a figura de um leão, feita com traços retos. Outra vez, na segunda série, a professora pediu que os alunos fizessem uma redação a partir de uma gravura, e se admirou porque o meu texto saiu muito parecido com o texto do livrinho."

Depois da aula, João Fernando e Cristian iam para frente de casa, jogar bola. Sempre jogaram futebol juntos e sonhavam em seguir carreira no esporte. Cristian prosseguiu, mas João Fernando só sonhou com o futebol até os 19 anos. "Eu jogava no colégio, jogava em escolinha de futebol, joguei até no Guarani, de Uruguaiana, um time da segunda divisão."

Após concluir o ensino médio, ele ficou mais um ano em Uruguaiana, fazendo cursinho pré-vestibular. E quando saiu, saiu com vontade, achava que a cidade era muito parada. Foi para Santa Maria, onde três das irmãs já estudavam na Universidade Federal (Letras, Educação Física e Artes Cênicas).

Passou no vestibular para Letras na UFSM e foi morar na Casa do Estudante. Um ano e meio depois resolveu fazer novo vestibular, para Publicidade. Não foi aprovado, e as gêmeas, que eram bailarinas, o incentivaram a ingressar num curso de extensão de dança na UFSM. Ficou um ano no grupo de dança contemporânea, com Gisela Biancalana, professora formada na Unicamp.

Saiu de Santa Maria em agosto de 1996. Veio para Porto Alegre, com transferência para o curso de Letras da UFRGS. Como não conhecia ninguém aqui, nem tinha dinheiro para sair, dedicou-se a estudar e a jogar futebol. No ano seguinte, por indicação da professora Mônica Dantas, da ESEF, começou a fazer aulas de dança com a professora Eva Schul, que na época era diretora do Instituto de Artes Cênicas do Estado (Iacen). Mas esse início durou pouco, porque, devido a compromissos, Eva teve que se afastar das aulas.

BALLET E FUTEBOL

Em 1998, João Fernando recomeçou a dançar. Tinha decidido que aquele era o seu caminho e resolveu fazer *ballet* clássico. Teve aulas em duas escolas simultaneamente, na academia de Vera Bublitz e no Ballet Concerto, dirigido por Victória Milanez. Foi um tempo de muita agitação: o *ballet*, o futebol, o estudo, as passeatas, a greve na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Como fazer para conciliar essas atividades? Queria estar na passeata, mas tinha aula de dança. E foi se afastando cada vez mais do meio universitário até trancar a matrícula e dedicar-se à dança. No final do ano, se interessou pela dança contemporânea e fez aulas com o Ricardo Vinícius, professor e bailarino de passagem por Porto Alegre.

Ao mesmo tempo, resolveu fazer vestibular para Comunicação (Relações Públicas). Passou no vestibular mas, em seguida, viu que não era Relações Públicas o que queria. Então, fez algumas cadeiras de Jornalismo, antes de trancar a matrícula. Ficou dois anos sem estudar, até que decidiu fazer a prova específica para se transferir para o Instituto de Artes. Como só tinha trabalhado com dança, com movimento, queria experimentar o teatro, pelo uso da voz e pela expressividade. Começou a estudar no Departamento de Arte Dramática (DAD), do Instituto de Artes, no início deste ano.

PORCAS E PARAFUSOS

"Com nove anos, fui trabalhar na oficina mecânica do meu pai durante as férias de verão. Era uma coisa que eu queria muito, talvez fosse uma desculpa para ficar junto com ele, que eu só via de vez em quando. Agüentei duas semanas: era muito trabalhoso, e eu não estava acostumado a cumprir horário, passar a tarde inteira alcançando chaves, sem poder correr, sem poder brincar, e com aquele cheiro de óleo e gasolina me incomodando o nariz. Mas, no ano seguinte, fui de novo, dessa vez, junto com meu irmão. Aí eu já trocava roda, colocava porca, girava parafuso. Lá pelos 12 anos, fui trabalhar num bolicho, ao lado de casa, atendendo no balcão. Foi legal quando recebi o primeiro salário, no final do mês. Mas também não durou muito."

BRINCANDO ATÉ TARDE

"Enquanto a maioria dos meus amigos já se interessavam por bailes e namoradas, eu ainda estava naquela de polícia e ladrão. Tive a primeira namorada aos 14 anos. Foi coisa bem inocente, primeiro abraço, primeiro beijo. Chamava-se Ana, tinha 11 anos e era muito mais 'a fim' do que eu. Me lembro de uma vez em que a gente estava numa reunião dançante, dançando uma música lenta e pintou um clima, mas a gente se abraçava, se abraçava e o beijo não saía nunca. Até que, lá pela quarta música, saiu."

COREOGRAFIA PRÓPRIA

"As pessoas me conhecem como bailarino, mas eu também tenho um trabalho como coreógrafo. Faço a minha própria coreografia. Quero ser as duas coisas. Quero dançar ainda por muito tempo e agregar outros componentes nesse trabalho, que já tem bastantes elementos teatrais. Costumo deixar tudo para o corpo, que o corpo crie o movimento."

NO TIME OU NO PALCO

"Não foi difícil superar o preconceito dos outros. Eu não tinha muitos amigos mesmo, e a maioria dos colegas homens não sabia que eu dançava. As mulheres sabiam, mas elas eram solidárias. Na cadeira de prática esportiva, que era obrigatória, fiz futebol de salão. Nosso time, o time dos bixos, era tríforte: no primeiro jogo, ganhamos de dez a zero do time do sexto semestre. Fiz cinco gols. Então, eu era bem requisitado, todo o mundo me queria no time. Mas, em 1998, quando avisei que estava largando o futebol por causa da dança, eles ficaram muito brabos: 'Ah, sua bicha, vai lá fazer as tuas danças, vai'."

PRIMEIRA APRESENTAÇÃO

"A primeira vez em que atuei foi num espetáculo de final de ano do ballet de Vera Bublitz, *La fille mal-gardée*, no Teatro do Sesi, em Porto Alegre. Mas era mais porque eu estudava lá e era um espetáculo de final de ano. Há uma curiosidade aí. No *ballet* há muita demanda de bailarinos, porque ainda há poucos homens que dançam e geralmente começam a dançar tarde. Então, é comum que as escolas e academias não cobrem pelas aulas. O pagamento fica sendo a participação nos espetáculos de final de ano. Era uma obrigação que eu tinha. Mas isso acontece muito no *ballet* clássico, porque no contemporâneo normalmente se paga."

COM PINA BAUSCH

"Há dois anos estou pensando em estudar na Alemanha. No início do ano, passei para o Departamento de Arte Dramática, onde concluí o primeiro semestre. Em março, mandei meu currículo e recebi uma carta de aceitação para fazer a seleção para um curso de quatro anos. A Escola é dirigida pela coreógrafa Pina Bausch que vem do expressionismo alemão e que, no final da década de 60, início da década de 70, criou a dança-teatro, técnicas de dança com elementos de teatro. Eu me identifiquei muito com esse estilo de dança, que tem muitos elementos de teatro e até de artes plásticas. Este *Porto Alegre em Cena* trouxe vários espetáculos de dança, a maioria usando teatro e dança, que alguns chamam de dança-teatro, teatro de dança, dança teatralizada, dança cênica."

SAINDO PARA RESPIRAR

"Adoro Porto Alegre, é a minha cidade, meu porto seguro. Mas estou indo para a Alemanha muito em função de que aqui não estou encontrando nem respaldo nem meios de difundir meu modo de trabalhar. Sinto que, aqui, o mundo da dança é muito fechado. Mesmo quem deseja inverter o processo não está conseguindo. Tem muita picuinha no meio da dança em Porto Alegre. A informação não circula, as pessoas se fecham para fazer seu trabalho, mas esse trabalho não se desenvolve, porque não há trocas. Estou saindo para experimentar outras coisas, para talvez entender esse processo. Já relutei muito em sair daqui por estar fazendo um trabalho meu, solidificando a minha autoria. Mas também será uma experiência de vida, embora já esteja com saudade da Cristina, a minha namorada."